

# Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 15

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
SEGURIDADE SOCIAL

O alvorecer de uma reforma tributária cidadã - OPINIÃO JURÍDICA..... 3

O POPULAR - GO - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Caiado quer debate 'profundo' no Senado, e cobra Vanderlan..... 5

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Indícios de malfeitos são robustos , diz novo presidente do INSS..... 7

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo vai autorizar 9 meses de horas extras para servidores do INSS zerarem fila de atendimento..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SERVIDOR PÚBLICO

Os recados sobre estatais no arcabouço - MARCELLO CORRÊA..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Relação harmônica..... 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

A visão de Alckmin..... 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regressividade tributária e desigualdade de gênero (Artigo)..... 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula amplia repasse cobiçado pelo centrão e prioriza Alagoas..... 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula confirma Celso Sabino no Ministério do Turismo..... 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresas aéreas e agências de viagem criticam reforma..... 22

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
REFORMA TRIBUTÁRIA

O incômodo lembrete do Tesouro. (Editorial)..... 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Presidente do Banco Central não é dono do Brasil", afirma Lula..... 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad vê "ponto de equilíbrio" para alíquota do IVA..... 26

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**A fome ainda assombra o Brasil (Editorial)..... 27**

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Reforma Tributária: Haddad vê alíquota abaixo de 25%..... 28**

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Oposição tenta ajustar discurso sobre reforma tributária..... 29**

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Tebet defende corte de 0,50 ponto na Selic..... 31**

G1 - NACIONAL - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Planalto quer que reforma do Imposto de Renda vá ao Congresso só após votação da tributária  
..... 32**

O GLOBO - ON LINE - RJ - BLOGS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**O grande debate? agora será sobre o percentual da alíquota do IVA..... 33**

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Reforma Tributária: quais ações ganham ou perdem com mudança nos impostos? Analistas  
tentam antecipar  
..... 34**

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Frente Nacional de Prefeitos afirma que reforma tributária é 'agressão ao pacto federativo'  
..... 36**

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Tesouro sugere limitar alta de piso de saúde e educação sob novo arcabouço..... 38**

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO  
ECONOMIA

**Banco Mundial vê um difícil fim da desnutrição infantil em 2030 - MUNDO LEU..... 40**

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

**Bolsa sobe e dólar cai com alívio de receio sobre aumento do juro nos EUA..... 41**

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

**Núcleos sinalizam queda mais lenta do IPCA..... 43**

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
ECONOMIA

**Nova geopolítica leva UE a estreitar cooperação com AL..... 45**

# O alvorecer de uma reforma tributária cidadã - OPINIÃO JURÍDICA

*Eurico Marcos Diniz de Santi e Nelson Machado são diretores do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF) e, respectivamente, professor e coordenador do Núcleo de Estudos Fiscais (NEF) da FGV Direito SP; e ex-ministro da Previdência Social (2005-2007), além de consultor e professor na Escola de Economia de São Paulo da FGV*

Cidadania é a justificativa para cobrar **impostos** de todos para uma causa comum. Pagar tributo concretiza o contrato social entre cidadãos e Estado, em sintonia com o artigo 1º da Constituição Federal, segundo o qual "todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos".

Exercer cidadania significa incorporar os objetivos prescritos nos artigos 2º e 3º da Constituição que determina que instituições e cidadãos, juntos, devem construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza; reduzir desigualdades regionais e promover o bem de todos. A separação dos poderes, o federalismo e a própria existência dos entes federados são instrumentos institucionais que existem para servir ao povo brasileiro.

É, também, sob a perspectiva da pessoa física, titular de direitos políticos e destinatário final dos **tributos** que financiam a atividade estatal é que deve ser compreendido o parágrafo 4º do artigo 60 que assegura que propostas de emendas à Constituição (PECs) tão-somente podem fortalecer (ou seja, não podem amesquinhar): a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto e universal, a separação dos poderes e os direitos e garantias fundamentais.

O relatório de diretrizes apresentado pelo Grupo de Trabalho da Câmara dos Deputados, em consonância com o substitutivo da PEC 45 antecipado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro, levado à votação na Câmara dos Deputados, além de apontar para concretização constitucional dos objetivos da República do Brasil, assegura a realização positiva das chamadas cláusulas pétreas da Constituição de 1988.

Instala autêntico federalismo cooperativo, remodelado mediante amplo debate entre sociedade e entes federados.

Propõe a criação do Conselho Federativo do Imposto

sobre Bens e Serviços (IBS), órgão dotado de independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira, cujas decisões sejam tomadas a partir de votos distribuídos de forma paritária entre Estados e Distrito Federal e municípios (previsto no artigo 156-B), que resguarda competência para coordenação, sem prejuízo da autonomia local das administrações tributárias.

Fortalece a federação, ampliando a competência de municípios e Estados para tributar a base ampla de bens e serviços, distribuída de forma mais justa a arrecadação através do princípio do destino, garantindo a autonomia dos entes fixarem suas alíquotas por lei ordinária. É o fim do abuso para exercer a guerra fiscal que corrói a base do Estado de Direito, desafia o Supremo Tribunal Federal (STF) e afronta o artigo 152 da Constituição, que proíbe "aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino", dispositivo reiterado, sistematicamente, desde a primeira Constituição da República Federativa, em 1891.

O modelo de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) moderno, seguindo o exemplo das melhores democracias do mundo, sinaliza o alvorecer de uma **"reforma tributária cidadã"** solidária e transparente com legislação uniforme, base ampla, cobrado por fora, no destino, não cumulativo e com poucas alíquotas e exceções.

Incentiva o cidadão, consumidor e eleitor, para exercer a legalidade com a legitimidade conferida aos poderes legislativos locais para definir alíquota sobre o consumo: câmaras de vereadores e assembleias legislativas serão sede do debate entre carga tributária, orçamento e qualidade dos gastos públicos.

A PEC 45 anuncia o alvorecer de uma **reforma tributária cidadã**. Desonera completamente as empresas com a não cumulatividade plena garantida pelo desenho institucional e pelas tecnologias que tem o poder de aproximar a emissão do documento fiscal ao recolhimento do tributo. Alinha a tributação aos objetivos e valores da República, consolidando amplo e intenso debate democrático estabelecido entre a Câmara dos Deputados e Senado Federal, sinalizando sensibilidade para soluções demandadas pelos entes

federados (IVA Dual e garantia de 20 anos da arrecadação atual), manutenção do Simples Nacional, da Zona Franca de Manaus, dos benefícios fiscais atuais até 2032, bem como para as demandas setoriais: alíquota padrão permitindo outras alíquotas para bens e serviços específicos com destaque para saúde, educação, transporte público e produção rural (consignando a possibilidade de tratamento diferenciado com alíquota zero para cesta básica e, ainda, cashback).

Criar realidades é parte da função do direito e competência do Congresso Nacional: a esperança de um novo Brasil cooperativo e solidário. Após a semana derradeira em que foi aprovada esta **reforma tributária** cidadã na Câmara dos Deputados, vale lembrar o aforisma de Goethe: "Qualquer coisa que possa fazer ou sonhar, você pode começar."

A coragem, contém em si mesma, o poder, o gênio e a magia. Comece-o, agora."

Eurico Marcos Diniz de Santi e Nelson Machado são diretores do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF) e, respectivamente, professor e coordenador do Núcleo de Estudos Fiscais (NEF) da FGV Direito SP; e ex-ministro da **Previdência Social** (2005-2007), além de consultor e professor na Escola de Economia de São Paulo da FGV

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187602>

# Caiado quer debate 'profundo' no Senado, e cobra Vanderlan

Karla Araújo karla.araujo@opopular.com.br

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (UB), voltou a discursar, nesta quinta-feira (13), contra o texto da **reforma tributária** que tramita no Congresso Nacional. A fala - durante evento de posse dos novos titulares da Secretaria de Estado da Economia, Selene Peres Peres Nunes, e da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), Rafael Arruda Oliveira - demonstrou que o governador deve continuar se movimentando em Brasília na tentativa de evitar a aprovação da matéria no Senado.

O evento antecedeu a reunião de Caiado com membros do Fórum de Entidades Empresariais do Estado de Goiás, em que o tema também foi o impacto da **reforma tributária** para Goiás.

Caiado retomou argumentos como o possível prejuízo para a arrecadação de estados produtores, perda da autonomia de governadores e prefeitos e aumento da carga tributária. Durante o discurso e em entrevista coletiva após o evento, Caiado cobrou debate profundo da matéria no Senado, com declarações endereçadas ao goiano Vanderlan Cardoso (PSD), senador que preside a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), uma das mais importantes da Casa.

"Me causa estranheza os senadores, que são representantes dos entes federados, terem aceitado que a matéria passe pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e não vá à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)", declarou Caiado. Em seguida, o governador citou que Vanderlan é presidente do colegiado e não poderia "abrir mão da prerrogativa" de discutir o tema.

Procurado pela reportagem, Vanderlan afirmou que a proposta passa, segundo o regimento, pela CCJ. De acordo com o senador, a CAE formou um grupo de trabalho para realizar audiências públicas sobre o assunto, ouvindo gestores públicos e representantes de diferentes segmentos. O objetivo, diz Vanderlan, é colaborar com o relator da matéria na Casa, Eduardo Braga (MDB-AM). Para o senador, a reforma apenas tem sentido se a carga tributária diminuir em médio e longo prazo. "O que for preciso fazer de ajuste (no texto) no Senado, vamos fazer", disse Vanderlan.

## TRAMITAÇÃO

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata da **reforma tributária** foi aprovada no plenário da Câmara dos Deputados no dia 7 de julho. No primeiro turno, foram 382 votos favoráveis a 118. No segundo, 375 votos a 113.

A promessa é de simplificação do sistema tributário brasileiro, com a substituição do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Esta seria a primeira fase da reforma, com foco no consumo.

Caiado afirmou que teve reunião na manhã desta quinta com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) . quando discutiram a **reforma tributária**. "Fizemos uma longa reunião expondo as situações que criam um quadro de estados que foram rebaixados à condição de sub do sub", afirmou. Caiado tem usado a expressão "entes subSudeste" para argumentar que estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais terão peso maior em decisões de conselho federativo pro-posto pela **reforma tributária**. A ideia é que este conselho faça gestão de recursos a serem distribuídos para os estados.

"Se amanhã o Estado não tem autonomia para legislar sobre seus próprios **tributos** e nem os municípios, qual é o sentido do Senado Federal, se é representante dos entes federados. Os entes federados serão dependentes de um conselho que delibera e encaminha matérias para serem votadas no Congresso Nacional. Nós, governadores e prefeitos, vamos ficar exatamente tutelados por uma concentração de poder na capital", disse o governador durante discurso no evento.

## NOVA TITULAR

Apesar de ter tomado posse oficialmente no comando da Secretaria da Economia nesta quinta, Selene Peres ocupava o cargo interinamente desde a saída de Cristiane Schmidt, em abril. Schmidt esteve à frente da

pasta por 4 anos e 3 meses. Selene é servidora de carreira da Secretaria do Tesouro Nacional e já ocupava em Goiás o cargo de subsecretária do Tesouro Estadual.

Desde que assumiu o comando da Economia, Selene tem repassado a Caiado argumentos contrários ao atual texto da **reforma tributária** e sobre as possíveis consequências para Goiás. O assunto tem sido um dos principais focos dos seus primeiros meses de gestão.

A secretária tem posicionamento firme contra a matéria em discussão no Congresso Nacional e chegou a se levantar e sair de uma reunião do Comitê Nacional dos Secretários da Fazenda dos estados e do DF (Consefaz) em meio ao debate sobre o tema. Já Schmidt é defensora da reforma.

Selene afirma que sua efetivação no cargo foi confirmada pelo governador nesta semana. No entanto, a decisão já era citada nos bastidores desde junho, após a publicação no Diário Oficial do Estado de mudanças em cargos estratégicos da pasta.

Na PGE, Rafael Arruda assume após indicação da ex-titular da pasta Juliana Prudente Diniz (confirmada em junho por Caiado para ocupar cadeira de desembargador a do Tribunal de Justiça de Goiás). Luciana Ben-vinda Bettini havia assumido o cargo interinamente em março, após a saída de Juliana. Nesta quinta, os discursos de Caiado e de Arruda foram marcados por elogios a Juliana.

Me causa estranheza os senadores, que são representantes dos entes federados, terem aceitado que a matéria passe pela CCJenfo vá à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) " Ronaldo Caiado, governador de Goiás (U B)

Ronaldo Caiado (UB) e Selene Peres, em evento de posse da nova titular da Economia e do novo PGE, Rafael Arruda

**Site:** <https://opopular.com.br/digital/14-julho-2023/1o-caderno>

# Indícios de malfeitos são robustos , diz novo presidente do INSS

**Henrique Lessa**

O Correio conversou com o novo presidente do Instituto Nacional de **Seguridade Social (INSS)**, Alessandro Stefanutto. Funcionário concursado da autarquia, antes de assumir o atual posto foi diretor e procurador geral do órgão, após ser vinculado à Advocacia Geral da União (AGU), seguiu atuando no **INSS**.

Stefanutto ocupa o cargo depois da suspeita de uma farra nas passagens , revelada pelo Correio, que apontou que o ex-presidente Glauco Wamburg utilizava as passagens do órgão para dar aulas na Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro. O novo chefe da autarquia aguarda a conclusão das auditorias da Controladoria Geral da União (CGU), mas reconhece que os indícios de malfeitos são robustos . Estima-se que o ex-presidente pode ter que devolver cerca de R\$ 60 mil recebidos.

Em relação ao crônico problema da fila de beneficiados da Previdência - há 1,8 milhão de requerimentos à espera de análise -, o novo chefe do **INSS** se mostra otimista. Ele está confiante na promessa do ministro da Previdência, Carlos Lupi, de limitar a espera dos usuários a no máximo 45 dias. A ideia é chegar a esse prazo até o fim do ano.

Enquanto o atendimento não melhora, Stefanutto pede paciência aos segurados. Por enquanto, a única coisa que eu posso pedir para os segurados é desculpa. Desculpa! Nós temos que entregar algo melhor para vocês , disse.

Confira os principais trechos da entrevista.

O senhor assumiu o **INSS** com a expectativa da promessa do ministro Carlos Lupi na redução da fila, mas o seu antecessor não conseguiu avançar nesse objetivo.

Eu já estive na procuradoria do **INSS**, como procurador-geral, por quase sete anos. Estive também como diretor de orçamento. Entrei na casa como procurador do **INSS** lá nos idos de 1999. Me sinto muito à vontade na Casa e venho me preparando para esse desafio. O convite veio e eu me senti apto para ele. Nosso maior desafio é diminuir a fila, especialmente porque, na fila, o que nós temos são

peçoas. O presidente Lula já tinha dito isso tanto na sua campanha vencedora quanto depois, na transição, na qual fui coordenador do grupo de previdência. Claro que o **INSS** tem hoje um quadro de servidores menor do que precisaria. Em determinado momento nós tínhamos 42 mil servidores, hoje temos 18 mil.

O que é preciso fazer?

Esse 1,8 milhão de CPFs são pessoas ávidas por uma resposta do Estado. Isso tem que acontecer e tem que acontecer a tempo e modo. Qualquer coisa diferente, estamos sendo não só omissos, mas, em alguma medida, cruéis com aqueles mais necessitados. É um desafio grande. Mas eu tenho muita confiança no quadro de gestão nosso, no quadro de servidores e na perspectiva de planejamento que foi feita desde a transição e que agora a gente vai conseguir botar em prática.

Qual o tamanho da fila do **INSS**?

O melhor número é o adotado pela transição (de governo), que mostra 1,8 milhão de benefícios a serem tratados. São os CPFs a serem atendidos. Cada processo corresponde a uma pessoa. Quero trazer de volta um entendimento na alta gestão, na gestão intermediária e no chão de fábrica de que, por trás de cada pedido, tem uma pessoa e nós temos que dar conta disso.

E isso está acontecendo?

Há alguns meses o **INSS** vem produzindo um pouquinho a mais do que entra. Há um saldo, ainda muito pequeno. Quando tínhamos 42 mil servidores, não tínhamos fila. Havia outros problemas, mas não tínhamos fila. Como há uma concentração de esforços e o empenho pessoal do presidente Lula em acabar com essa fila, nós teremos novidades nos próximos dias, do ponto de vista de vista legislativo, para ter o contraturno, que permitirá aos servidores do **INSS**, querendo, produzir mais e de alguma forma, ter um estímulo para isso.

Quando o presidente Lula assina essa medida provisória? O presidente Bolsonaro vinha assinando essas medidas provisórias e a fila estava menor.

Deixa eu esclarecer um ponto. Nós nunca tivemos

tantos pedidos de benefício como nos últimos meses. Batemos 800 mil pedidos de requerimentos, hoje nós produzimos mais, pelo menos nos últimos meses, do que se fazia na gestão anterior, mesmo com esse estímulo. Nossa medida provisória está na preparação, mas coloca um teto, para que não haja também um descontrole do servidor, de cuidar da sua vida pessoal, da saúde. Aperfeiçoamos esse mecanismo de estímulo.

Como é esse aperfeiçoamento?

Eles chamavam de bônus, nós achamos que parece uma bonificação para o servidor. Na verdade, o que nós queremos é um projeto de diminuição da fila, e isso não aconteceu nas medidas provisórias anteriores. Estamos estimulando que todos os servidores possam participar. Da forma que era, acabou produzindo muito, mas acabou também produzindo muito mais decisões não qualitativas, que acabam levando ao indeferimento. Não é o caso da medida provisória que o presidente Lula deve assinar. Quando o presidente Lula vai assinar? Essa é a pergunta de ouro, eu não sei a resposta. Mas tenho convicção de que pode ser nos próximos dias. O presidente tem extravasado o seu descontentamento com isso e que ele vai resolver.

O que melhorou com a chegada de mais mil funcionários?

Mil funcionários entraram recentemente, e o ministro Lupi já pediu mais 250. Além disso, o primeiro documento que assinei, assim que fui nomeado, na quarta-feira passada, foi o pedido de que todos os remanescentes aprovados em concurso público sejam aproveitados. Esses servidores aliviam, mas não na proporção necessária para zerar a fila. A gente poderia colocar esses mil ou dois mil servidores, mas ainda demoraria meses, talvez anos para colocar a fila no lugar. E essas pessoas não podem esperar tanto tempo. Aí entra esse estímulo para que a gente possa rapidamente diminuir a fila. Não é uma hora extra. É pago por produtividade.

Quanto vai custar esse bônus de produtividade?

Vou falar números aproximados, que demonstram a economicidade dessa medida. É muito mais vantajoso pagar o estímulo na redução de filas. São alguns milhões de reais, mas a economia para o Estado é billionária. Porque quando eu não correspondo à entrega do benefício, com uma decisão do Supremo Tribunal Federal, nós pagamos não só a atualização monetária, mas também pagamos juros. Mas o valor mais importante não é econômico; e sim a entrega na resposta ao cidadão.

É muita gente aguardando uma resposta.

O brasileiro não pode ficar aguardando até que os recursos da autarquia sejam suficientes. Ele precisa que a gente tenha uma resposta rápida, porque esses benefícios substituem renda. No momento em que eu deixo uma pessoa na fila por 90 dias, por 120 dias, muitas vezes eu estou impondo uma dificuldade que não é aceitável. Mas nós não avaliamos só nesse aspecto; a nossa intenção é utilizar medida somente para resolver a fila. No momento em que a fila se estabilizar, não faz sentido a gente manter essa medida.

O ex-presidente Bolsonaro pediu um novo concurso, isso está no horizonte?

Com a automação, tivemos uma evidente melhoria. Eu uso os servidores para análises mais complexas, aposentadorias especiais, tempo especial e outros benefícios. Os benefícios nos quais você tem apenas parâmetros, você usa automação. A automação veio para ficar, mas também as análises mais complexas, que vão sempre depender de um servidor. O concurso que foi feito foi de técnico, e a gente só pode fazer um novo certame depois de esgotada a validade desse concurso. Temos ainda vagas remanescentes, então, se houver um entendimento do governo de que é possível chamá-los, a gente vai conseguir melhorar ainda mais a qualidade das análises dos benefícios complexos.

Quantos concursados podem ser chamados?

Nós estamos chamando mil. Além desse conjunto de servidores novos que já estão operando, o ministro Lupi já pediu mais 250. E você tem de remanescentes por volta de 2 mil. Então nós teremos os 1.250, mais os 2 mil, algo como 3,25 mil. Todos serão utilizados para a análise de benefício. A nossa prioridade é a análise de benefício, é a resposta aos brasileiros.

Quantos podem ser chamados até o final deste ano?

Certamente, os 250. Mas como é um concurso em duas fases, então não sei se dará tempo de terminar a segunda fase (para mais 2 mil). O aproveitamento dos outros vai depender de uma decisão do governo. Os demais, caso o governo entenda chamar os remanescentes, serão nomeados só no ano que vem.

Com a contratação e o bônus de produtividade, será possível cumprir a promessa do ministro Lupi de reduzir a fila até dezembro?

Sem dúvida alguma. Estou convicto de que essas medidas sendo efetivadas, nós cumprimos. Há um desejo da casa que quer entregar. Nosso negócio



sempre foi atender aos brasileiros. Eu vejo, pelos servidores com quem eu converso - gerentes de agências, gerentes executivos, superintendentes -, todas estão de mãos dadas para que a gente possa chegar a isso.

Os peritos médicos são menos confiantes na efetividade dessas ações, não?

A perícia hoje não tem a gestão no **INSS**, mas há um alinhamento muito grande com a Secretaria (do Regime Geral de **Previdência Social** do Ministério da Previdência), e eu vou aprofundar essa relação. Tenho a convicção de que os peritos médicos também entregarão aquilo que é esperado. Há um plano de estímulo na mesma medida provisória, então os peritos também serão beneficiados pelas mesmas medidas. Eu tenho a convicção, embora não seja da minha caneta, de que o secretário e o ministro farão com que isso aconteça. Tudo aquilo que depender da gestão para acontecer irá acontecer. Eles estão imbuídos, engajados e de mãos dadas com a gente, para que a gente possa sair dessa situação constrangedora. Por enquanto, a única coisa que eu posso pedir para os segurados é desculpa. Desculpa! Nós temos que entregar algo melhor para vocês, mas eu estou convencido de que, até dezembro, o pedido de desculpas vai diminuir e nós vamos chegar a contento no que o ministro Lupi já anunciou.

O seu antecessor saiu com uma série de suspeitas de uma farra das passagens. Como avalia essa situação?

Sendo procurador de carreira e um democrata, sempre aguardo que situações que apresentem algum tipo de suspeita sejam tratadas pelos órgãos devidos. Refiro-me a órgãos de corregedoria, de auditoria, que possam dar ampla defesa, contraditório, para que as pessoas possam se explicar sobre o que aconteceu. Uma vez eliminado qualquer tipo de dúvida quanto a uma atitude ou uma ação indevida, os órgãos de controle têm as ferramentas para as punições. Eu não tenho um juízo de valor formulado. Fiz parte da equipe do presidente Glauco Wamburg, e agradeço a ele, mas quanto às denúncias, existem os órgãos próprios para apurar isso. Claro que às vezes demora, a sociedade quer uma resposta mais rápida, mas a gente tem que garantir a todos o devido processo legal.

O **INSS** está tomando medidas para evitar situações como essa?

Não tenha dúvida. A corregedoria está verificando os indícios do ponto de vista formal, para fazer as apurações. Do ponto de vista da gestão, é uma coisa muito complicada, porque é a autoridade mais alta do órgão. Quando ocorre algum tipo de problema, o

controle interno do órgão tem dificuldade de verificar o que aconteceu.

Por quê?

O **INSS** gasta bastante em diárias e passagens. Historicamente é assim. Já foi objeto de apuração pelos órgãos de controle, mas não tivemos problemas dessa magnitude, dessa gravidade. Porque quando alguém alega que vai fazer algum tipo de agenda, isso é avaliado pelo coordenador geral, pelo diretor, até pela presidência. Tem uma equipe que verifica. Obviamente, nós temos um orçamento muito grande, só de pagamento de benefícios. São mais de 800 bilhões de reais por ano, mais um orçamento por volta de 2 bilhões. Mas sempre há uma suplementação, e parte desse orçamento é usado para viagens e diárias. Os controles do **INSS** são muito maduros. Eu procuro que sempre se dê a ampla defesa e contraditório, mas sim, a casa certamente vai repensar mais instrumentos de controle. Mas não posso dizer que isso é em razão de um malfeito, porque eu não tenho ainda a conclusão administrativa, se houve um malfeito.

O Correio mostrou um padrão de passagens do ex-presidente que passava os finais de semana no Rio, cidade onde ele é professor de uma universidade privada. Os indícios não chamam a atenção?

Quando se apura um presidente, você não pode nem apurar na corregedoria do órgão, é uma questão formal. Mas as reportagens são suficientes para que haja uma apuração. Como presidente, sempre vou esperar que haja a conclusão, ainda que os indícios de malfeitos sejam bastante robustos.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br).

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/07/5108969-indicios-de-malfeitos-sao-robustos-diz-novo-presidente-do-inss.html>

# Governo vai autorizar 9 meses de horas extras para servidores do INSS zerarem fila de atendimento

*Por Jeniffer Gularte e Bruno Góes*

O governo Lula vai autorizar que servidores do **INSS** façam horas extras ao longo dos próximos nove meses para tentar diminuir a fila de 1,9 milhão pessoas que aguardam atendimento. O objetivo do governo é zerar a fila até o final do ano. Também estão em análise formas de ampliar consultas virtuais para determinados atendimentos.

O programa de remuneração adicional temporária ocorrerá por adesão. Os servidores que optarem por participar terão uma meta de número de processos que deverão ser analisados virtualmente. A partir disso, o governo estabelecerá um valor mínimo de remuneração para o número de processos analisados, quem aderir receberá por nove meses a remuneração extra. De acordo com integrantes do governo, o programa passará a valer ainda no mês de julho.

Além do acúmulo grande de processos para serem analisados, há problema de desatualização dos sistemas. Estão sendo adotadas medidas para modernizá-los e melhorar a capacidade de processamento de dados, utilizando maior quantidade de cruzamento de informações para chamar uma quantidade menor de beneficiários até as agências do **INSS**. O governo também está montando uma lista de procedimentos que poderão ser submetidos a consultas médicas virtuais.

De acordo com um integrante do alto escalão do governo, há uma série de eventuais aposentadorias por doença que permitem consultas virtuais em determinadas situações e há um conjunto de medidas em análise para zerar a fila.

Na live de terça-feira, Lula afirmou que não há explicação para a fila do **INSS** e anunciou que trataria do tema com o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi. O ministro esteve no Palácio do Planalto na quarta-feira para discutir o assunto com Lula.

-- Nesta semana vou me reunir com Lupi e Haddad para discutir isso. Primeiro, quero saber se a fila existe porque não tem dinheiro para pagar os aposentados; segundo, eu quero saber se é falta de funcionário --

afirmou -- Se é falta de funcionário, a gente tem que contratar funcionário; se é falta de competência, a gente tem que trocar quem não tem competência.

Em junho, a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, já havia assinado a nomeação de mil aprovados e convocados no concurso para técnico do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

**Site:**

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/07/14/governo-vai-autorizar-9-meses-de-horas-extras-para-servidores-do-inss-zerarem-fila-de-atendimento.ghtml>

# Os recados sobre estatais no arcabouço - MARCELLO CORRÊA

## MARCELLO CORRÊA

Passou sem muito alarde uma emenda ao projeto do novo arcabouço fiscal que inclui a privatização de empresas estatais na lista de ações que o governo federal pode tomar para equilibrar as contas públicas. A mudança no texto foi aprovada no Senado e pode ser acolhida na Câmara pelo relator da proposta, deputado Cláudio Cajado (PP-BA). Se for incorporada à redação final em agosto, a regra não obrigará o governo a se desfazer de ativos, mas contém importantes recados políticos.

Da forma como foi aprovado pelos deputados, o arcabouço prevê, no conjunto de medidas de ajuste fiscal à disposição da União, "a adoção de limites ao crescimento da despesa", "a recuperação e a gestão de receitas públicas", além de gatilhos constitucionais como o congelamento de salários de servidores públicos e o bloqueio de novas contratações no funcionalismo.

A esse rol de ações, o Senado incluiu o seguinte trecho: "a alienação de ativos e a privatização de empresas estatais".

A emenda foi sugerida pelo senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), que tem na pauta fiscal uma importante bandeira.

Na legislatura anterior, ele foi relator da primeira versão da chamada PEC Emergencial, proposta de emenda à Constituição que previa medidas de corte de gastos em caso de descumprimento de regras fiscais.

Oriovisto afirma que pensou no longo prazo ao propor a mudança e admite achar improvável que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) promova um plano de desestatização. O parlamentar chegou a comunicar a ideia ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que, em resposta, teria apenas sorrido. Técnicos da equipe econômica afirmam que o trecho não deve ter efeito sobre a gestão das contas públicas.

"Eu não espero que o PT vá privatizar alguma coisa", diz o senador. "O racional por trás disso é que o arcabouço não está sendo feito para durar apenas o governo do PT. Quem vai ser o próximo presidente?

Ninguém sabe." Oriovisto defende que, mesmo em um governo que tem sinalizado menos disposição a um amplo programa de desestatização, a ideia poderia ser aproveitada de alguma forma, como na venda de imóveis.

A história recente mostra que avançar na alienação de ativos é um desafio, mesmo quando o governo de plantão é abertamente favorável a esse tipo de medida. Na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, o então ministro da Economia, Paulo Guedes, defendia privatizações em massa. O governo terminou com poucos desses projetos concretizados, sendo o de maior destaque a capitalização da Eletrobras.

Ficou famosa, à época, a conta de que seria possível arrecadar até R\$ 1 trilhão com a alienação de companhias públicas. O valor seria direcionado ao abatimento da dívida pública, pois seria computado como receita financeira. Cálculos mais conservadores feitos por técnicos do governo, na ocasião, apontavam que, se todas as estatais fossem vendidas, o volume de recursos chegaria à casa dos R\$ 600 bilhões.

O plano de Guedes encontrou vários entraves, inclusive resistências no Congresso e do próprio ex-presidente. Um episódio marcante foi a promessa do então ministro de que o governo faria quatro grandes privatizações em um intervalo de 90 dias. O prazo não foi cumprido e, culpando o que chamou de uma aliança política no Legislativo para barrar as iniciativas, Guedes declarou que deixaria de fazer esse tipo de previsão.

Foi também nessa época que o secretário especial Salim Mattar, que havia sido escalado para as privatizações, decidiu deixar o cargo. Egresso do setor privado, ele desembarcou do governo se queixando de que tudo no setor público era "muito moroso". Em um balanço divulgado na ocasião, informou ter conduzido a alienação de 84 empresas, incluindo subsidiárias.

No novo governo, é a própria linha de atuação do Palácio do Planalto - e não resistências no entorno - que torna improvável a ampliação nas desestatizações. Em janeiro, assim que tomou posse, o presidente Lula determinou a suspensão de atos que tratavam da privatização de oito estatais.

Em abril, um decreto excluiu sete companhias do Programa Nacional de Desestatização (PND), incluindo Correios e a Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Mais recentemente, o governo decidiu acabar com a obrigatoriedade da avaliação periódica de estatais, expediente que indicava se empresas deviam ou não serem privatizadas. O Ministério da Gestão disse que o mecanismo era voltado apenas à desestatização e não contribuía para a "melhoria da qualidade da gestão, da governança e do desempenho das empresas, o que é incompatível com a diretriz de governo".

Se há governos que tentam privatizar demais e não conseguem e outros que sequer querem avançar nessa seara, a proposta de emenda ao arcabouço serve como um lembrete a quem estiver chefiando o Planalto: há dinheiro na alienação de ativos.

Mas essa talvez não seja a melhor estratégia para avançar na conversa sobre o papel das estatais, apontam especialistas.

Em um tema marcado por fortes paixões, avaliar se essas companhias estão tocando com eficiência políticas públicas - em vez de focar só no potencial de caixa - é o caminho mais indicado para garantir um portfólio de empresas que faça sentido para o país.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187602>

# Relação harmônica

**Rafaela Gonçalves**

As vitórias do governo na Câmara - com as aprovações da **reforma tributária** e do projeto de lei que restabelece o voto de qualidade do **Carf** (Conselho de Administração de Recursos Fiscais) -, levaram o presidente Lula a esquecer as dificuldades na articulação com o Congresso, razão de duras críticas do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Na cerimônia de sanção do novo Minha Casa Minha Vida, ele afirmou que a relação entre o Executivo e o Congresso vive o melhor momento das últimas décadas.

"O país vai voltar à normalidade.

A relação com o Congresso Nacional vive, possivelmente, o melhor momento das últimas décadas", avaliou Lula.

Segundo o presidente, a melhora na articulação não foi o motivo da aprovação da reforma e do PL do **Carf**, mas, sim, por se tratar de um "momento histórico" para o país. "As pessoas se assustaram sobre como a Câmara aprovou a política tributária, como aprovou o **Carf**. Aprovou porque é para o Brasil, não é para nós, não é para o PT, não é para o Lula.

Aprovou porque as pessoas estão percebendo o momento histórico que o Brasil está vivendo.

Se a gente souber cuidar com carinho do momento político, esta será a década do Brasil", afirmou.

Até o final de maio, quando Lula começou a participar também das conversas com os congressistas, a articulação vinha sendo alvo frequente de críticas.

O governo não vinha conseguindo agrupar uma base sólida de apoio na Câmara e até parlamentares de partidos que compõem a Esplanada - como o União Brasil - votaram contra os interesses do Planalto. E foi derrotado em matérias importantes, como, por exemplo, o marco do saneamento.

"O Senado é uma instituição independente da Presidência da República. Ele não precisa pedir licença para mim ou fazer favor.

A Câmara vive, também, um momento de as pessoas se assustarem com a aprovação da (reforma) tributária e do (PL do) **Carf**.

Aprovou porque é para o Brasil, não é para nós, não é para o PT, não é para o Lula", enfatizou.

Críticas ao BC

Mais uma vez, Lula não poupou críticas ao presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto: "(Ele) tem que entender que não é dono do Brasil.

O governo não está pedindo nenhum absurdo", provocou o presidente, ao cobrar o corte na taxa básica de juros (Selic), que está em 13,75% ao ano desde agosto de 2022.

"Os juros precisam ser menores para facilitar que os empresários possam tomar crédito, para facilitar que a economia volte a crescer, para facilitar que pequeno e o médio empreendedor possam financiar seu negócio. É só isso. O que estamos querendo demais? Nada", cobrou.

**Notícias Relacionadas:**

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE

Para Lula, relação com Congresso nunca foi tão boa

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/14/all.pdf>

# A visão de Alckmin

## **Samanta Sallum**

Convidado para participar, na manhã de ontem, de evento promovido pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) em Brasília, o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, teceu considerações sobre política e economia. Afirmou que o país tem partidos em excesso - há 30 legendas registradas no Tribunal Superior Eleitoral - e que é necessária a **reforma política**.

"Desse jeito, o Brasil é um país muito difícil de ser governado.

Pela cláusula de desempenho, poderíamos ir reduzindo esse número. Mas ainda assim, demoraria", destacou.

Ele lembrou que o presidente Lula venceu a eleição em 2022 com o apoio de 14 legendas.

"Mas elas juntas só representavam 139 dos 513 deputados", observou.

Alckmin quis dizer que, apesar de o petista ter recebido votação da maioria dos eleitores e contar com uma ampla coalizão partidária, há desafios de governabilidade.

A situação exige um esforço adicional para aprovar pautas importantes do governo no Congresso.

## Isenção on-line

Alckmin também comentou a portaria do Ministério da Fazenda que estabeleceu a isenção de **tributos** federais para compras online de até 50 dólares. A medida provocou reação nos setores do comércio e da indústria nacional, pois tem impacto negativo principalmente sobre as pequenas empresas.

O vice-presidente se mostrou sensível à questão. "Estamos preocupados. E vamos buscar uma forma de reverter esse efeito negativo. Pois, realmente, afeta o nosso comércio e a nossa indústria", disse ao Correio. O setor produtivo brasileiro considera injusto o benefício a varejistas internacionais que vendem produtos importados, principalmente da China.

Alckmin afirmou que o país precisa de uma agenda de ações que garanta competitividade no cenário econômico internacional.

Citou a taxa de juros, a carga tributária e o câmbio como três fatores desafiadores para um cenário de crescimento do país. "O câmbio está bom; os **impostos**, com a **reforma tributária**, vamos simplificar; e estamos convictos de que os juros serão reduzidos.

A **inflação** no Brasil está bem abaixo da europeia", comparou.

O vice-presidente reforçou, ainda, que o arcabouço fiscal, com votação prevista para agosto no Congresso Nacional, vai reduzir a dívida pública. E que a **reforma tributária** vem para garantir redução do custo Brasil e segurança jurídica. "Temos de desonerar totalmente os investimentos e a exportação", completou.

## Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/07/14/all.pdf>

# Regressividade tributária e desigualdade de gênero (Artigo)

**ONÍZIA DE MIRANDA AGUIAR PIGNATARO Advogada,  
professora, escritora e pesquisadora**

A regressividade decorre da desigualdade quando uma mulher de baixa renda adquire produtos necessários para sua subsistência e higiene pessoal.

Isso porque os **impostos** sobre consumo, por serem considerados regressivos, influenciam de forma negativa as questões relacionadas à desigualdade de gênero, exatamente porque oneram principalmente a camada mais pobre da sociedade, mais propensa a despendar as rendas com consumo.

Como é sabido, são as mulheres que, majoritariamente, vão ao supermercado e gastam o salário, que em geral é menor do que o dos homens, adquirindo bens de consumo imediato para toda a família. São elas as cuidadoras das casas. Então essa tributação maior pode reverberar negativamente inclusive no que se refere ao acúmulo de renda.

Diante disso, essa incidência tributária sobre o consumo é considerada regressiva ou ruim. Isso porque, ao tributar um pacote de macarrão, por exemplo, o milionário e o mendigo, que comprarem aquele macarrão, vão pagar o mesmo tributo embutido no preço, independentemente da imensa disparidade da capacidade econômica de cada um.

Uma solução seria criar isenções ou alíquotas diferenciadas para produtos da cesta básica, bem como produtos de higiene pessoal (absorvente, sabonete, creme dental, escova de dente), medicamentos, energia elétrica e serviços de comunicação. Iniciativas voltadas à implementação de benefícios fiscais acerca dos itens supracitados funcionariam como instrumentos do sistema tributário para a correção das distorções socioeconômicas, entre elas a desigualdade de gênero.

Portanto, pensar na tributação também é pensar nas mulheres, já que é sobre elas que recai a função de cuidado. Ou seja, é essencial pensar em um modelo tributário em que não haja o risco de maior carga sobre itens necessários, o que poderia levar a um aumento do preço e, conseqüentemente, a uma regressividade tributária, isso porque atingiria de forma severa as mulheres que ganham menos.

Considerando que a renda das pessoas mais pobres é totalmente voltada para o consumo de bens de subsistência e de higiene pessoal, a concentração da tributação sobre o consumo torna o modelo tributário injusto, fazendo com que os mais pobres paguem proporcionalmente mais **tributos** do que os mais ricos. Outra hipótese seria a **devolução** do imposto pago por famílias de baixa renda. O mecanismo tem sido apelidado de cashback pelos envolvidos na **reforma tributária**.

Apesar de ser importante pensar em como o mecanismo funcionará, a iniciativa é relevante se pensarmos em uma devolução do imposto pago para as mulheres vulneráveis economicamente. Outra questão importante seria a concessão de benefícios fiscais a empresas que contratarem mais mulheres, que as colocarem em cargos de gestão ou que empregarem vítimas de violência doméstica.

No entanto, verifica-se que não é tarefa fácil. Isso porque incentivos fiscais, como isenções ou redução de alíquota, implicam renúncia de receita, o que pode gerar desequilíbrio nas contas públicas. Será uma tarefa para o Poder Legislativo, bem como o Executivo com a participação de toda a sociedade em prol de uma carga tributária mais justa.

Além disso, é preciso levar em conta que, para compensar a possível perda de receita pública decorrente dos incentivos fiscais supracitados, outras medidas também poderiam ser tomadas, como uma análise das despesas públicas, inclusive com a redução de gastos desnecessários, e, em último caso, a criação de um imposto residual pela União (por meio de lei complementar) para tributação das embarcações e aeronaves com isenção daquelas que prestam serviços de transportes de passageiros para não onerar o preço da passagem do consumidor.

Quem sabe, assim, teremos mais igualdade e conseqüentemente mais mulheres na política brasileira. Apesar de a população feminina ser maioria no país, na política ainda tem uma baixa representação. Quem sabe, assim, teremos mais igualdade no mercado de trabalho.

Apesar de o índice de escolaridade da população feminina ser mais alta, as mulheres enfrentam um cenário desfavorável na busca por um emprego e na

atribuição de seus salários.

Por fim, quem sabe, assim, teremos mais igualdade e menos assédio e violência contra as mulheres. Isso porque tanto o assédio quanto a violência, infelizmente, ainda fazem parte da realidade da maioria das mulheres brasileiras.

**Notícias Relacionadas:**

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE

Artigo: Regressividade tributária e desigualdade de gênero

**Site:**

**<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/07/14/all.pdf>**



# Lula amplia repasse cobijado pelo centrão e prioriza Alagoas

*Mateus Vargas e Thiago Resende Brasília*

O governo Lula (PT) ampliou repasses da verba de R\$9,8 bilhões que herdo u com o fim das emendas do relator e manteve privilégios a Alagoas, estado que tem entre os representantes políticos o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

O Ministério da Saúde, que concentra a maior parte deste recurso, liberou mais R\$ 220 milhões nesta semana, sendo que cerca de R\$ 50 milhões foram direcionados ao governo e para municípios do estado - um dos menores do país.

Auxiliares de Lula afirmam que Alagoas tem recebido elevada quantia de recursos para atender, além de Lira, ao líder do MDB na Câmara, Isnaldo Bulhões, e o senador Renan Calheiros (MDB).

O MDB é da base governista. Além disso, Isnaldo foi relator da MP (medida provisória) que tratou da estruturação da Esplanada dos Ministérios. Ele é um dos líderes mais próximos da articulação política do Palácio do Planalto.

A verba herdada das emendas de relator é alvo de cobiça de integrantes do centrão, que, em troca de apoio a propostas de Lula, pedem dinheiro para financiar obras e projetos nas suas bases eleitorais. O recurso tem sido liberado com baixa transparência, sem indicar se parlamentares ou ministros do governo interferiram na escolha das propostas de uso da verba.

No saldo liberado até agora, outro líder que foi bastante beneficiado pelos recursos é Altineu Cortes (PL-RJ), de acordo com autoridades que acompanham as discussões. Apesar de ser do partido de Jair Bolsonaro, ele tem negociado cargos de segundo e terceiro escalão do governo, além de emendas.

A estratégia adotada por negociadores do Palácio do Planalto é continuar a atender a pedidos do líder do PL para que uma ala do partido, que tem a maior bancada na Câmara, possa apoiar Lula em pautas econômicas - foram até 30 votos da legenda de Bolsonaro em projetos como o arcabouço fiscal ou a **Reforma Tributária**.

Altineu participou de reunião na última sexta-feira (7) no Planalto com outros líderes do centrão. Na ocasião,

o grupo partidário apresentou a fatura para que Lula ter conseguido aprovar projetos importantes para a economia e para o governo conseguir ampliar a governabilidade na Câmara.

A lista levada pelo centrão inclui dois ministérios, o comando de estatais, como Caixa e Embratur, além da Funasa. Os partidos também pedem ampliação na verba reservada para emendas ainda em 2023.

Até agora, a Saúde liberou R\$ 899 milhões dos R\$ 3 bilhões disponíveis do recurso reciclado com o fim da emenda do relator.

Do valor já entregue pela Saúde, cerca de R\$ 250 milhões foram encaminhados para Alagoas. Na sequência, municípios e o estado do Rio de Janeiro receberam (R\$ 130 milhões), Maranhão (83,6 milhões), Ceará (R\$ 66,5 milhões).

Os estados que menos receberam este tipo de verba da Saúde, até aqui, são o Mato Grosso do Sul (R\$ 2,9 milhões), Mato Grosso (R\$2,85 milhões), Roraima (R\$ 2,1 milhões) e o Amapá, destino de apenas R\$ 271 mil.

Lula chamou as emendas de relator de o "maior esquema de corrupção da atualidade", "orçamento secreto" e "bolsolão", mas o novo governo manteve a baixa transparência na distribuição do dinheiro herdado destas emendas.

A gestão petista driblou a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que declarou inconstitucional esse tipo de recurso e negociou a partilha a partir de acordos feitos com o Congresso para ampliar sua base de apoio.

Como a cifra deixou de ser formalmente uma emenda, o governo Lula criou regras para distribuir os R\$ 9,8 bilhões que passaram ao caixa do governo após a decisão do Supremo.

Os ministérios abriram seleção de propostas. No caso da Saúde, apenas estados e municípios podem pedir o recurso.

Mesmo antes de encerrara coleta das sugestões, a Saúde já começou a liberar o dinheiro. A pasta afirma que faz apenas análises técnicas, mas não responde

qual a razão da diferença de recurso enviado a cada estado.

A Saúde também não informa quem de fato recebeu a verba. Há casos em que o recurso serve para reforçar o caixa de uma prefeitura. Em outras situações, a verba é entregue para um hospital filantrópico, por exemplo.

O Hospital Veredas, em Maceió, cuja diretora financeira é prima de Lira, recebeu mais de R\$ 18 milhões da Saúde, de acordo com a Revista Piauí.

Em nota, a Saúde disse apenas que os recursos podem ser aplicados para custeio e investimento da atenção primária e atenção especializada à Saúde. "Podendo servir, por exemplo, à ampliação de equipes de saúde bucal e de saúde da família, à reforma de UBS ou à aquisição de equipamentos ambulatoriais e de diagnóstico", afirmou a pasta.

As primeiras liberações desta verba no governo Lula também atenderam a demandas de ministros. No caso do Ministério da Agricultura, a maior parte da verba já repassada foi direcionada a Mato Grosso, reduto eleitoral de Carlos Fávaro (PSD).

Jean Wyllys terá cargo na Secom

O presidente Lula (PT) decidiu dar um cargo ao ex-deputado Jean Wyllys na Secretaria de Comunicação do governo, que é comandada pelo ministro Paulo Pimenta. O ex-parlamentar voltou ao Brasil recentemente após desistir do mandato de deputado federal e ficar quatro anos fora do país por ter sofrido ameaças a sua integridade física. Ele irá atuar na área de planejamento de comunicação. Wyllys mantém relação próxima com a primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja, que o recebeu em seu gabinete no Palácio do Planalto e publicou um vídeo nas redes sociais, no dia 6. Ao deixar o cargo em 2019, ele afirmou ter tomado a decisão de razão da intensificação de ameaças de morte. Wyllys tinha sido eleito com 24.295 votos.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50337>**

# Lula confirma Celso Sabino no Ministério do Turismo

**Matheus Teixeira, Marianna Holanda, Julia Chaib e Thiago Resende**

O presidente Lula (PT) se reuniu nesta quinta-feira (13) como deputado federal Celso Sabino (União Brasil-PA) e confirmou que ele assumirá o Ministério do Turismo no lugar de Daniela Carneiro.

A escolha faz parte da estratégia do mandatário para melhorar sua relação com a União Brasil e garantir os votos do partido na Câmara dos Deputados.

Segundo a assessoria do Palácio do Planalto, o convite já foi aceito, e a nomeação sairá no Diário Oficial da União nos próximos dias.

Sabino divulgou um vídeo após a reunião para agradecer a Lula pelo convite e à bancada da União Brasil na Câmara pelo apoio para ser indicado ao cargo.

"Assumo com responsabilidade, muita disposição e vontade, vontade de fazer com que o turismo no nosso país signifique aquilo que significa em outras nações, com mais emprego, mais renda e mais desenvolvimento, trazendo divisas para favorecer a construção do Brasil que todos nós queremos", disse.

Trata-se da segunda troca na equipe ministerial de Lula. A primeira ocorreu em abril, com o pedido de demissão do general Gonçalves Dias, que ocupava o GSI (Gabinete de Segurança Institucional). A situação do militar no cargo ficou insustentável após vídeos colocarem em xeque a atuação do então ministro em 8 de janeiro deste ano, quando houve ataques às sedes dos três Poderes.

A depender de outras possíveis mudanças, a saída de Daniela poderá representar uma baixa para a representatividade feminina no ministério de Lula, que foi montado com 11 mulheres titulares, dentre as 37 pastas.

Na quarta (12), a ministra do Planejamento, Simone Tebet, defendeu que o governo mantenha proporcionalidade de mulheres no primeiro escalão.

A novela da troca no Turismo já dura mais de um mês e chegou até mesmo a ameaçar a votação da **Reforma Tributária** na Câmara, quando se esperava

a saída de Daniela, mas o governo optou por mantê-la temporariamente enquanto negociava as condições das mudanças.

Lula também negocia outros cargos com partidos ligados ao centrão, mas, em entrevista à TV Record, disse que o Ministério do Desenvolvimento Social, que cuida do Bolsa Família, é "seu", afastando as pressões por mudanças na pasta. Ele afirmou ainda que deixará claro para a imprensa "o que foi ofertado para a participação do governo e o que o governo quer estabelecer de relação com o Congresso".

Aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), reforçam que, para Lula conseguir ampliar a base parlamentar, é necessário abrir espaço no governo para partidos como PP e Republicanos -e que seja entregue um ministério de elevado orçamento.

Há também um embate entre o centrão a Casa Civil a respeito do futuro da Funasa (Fundação Nacional da Saúde). Uma portaria que cria um grupo composto integrantes do governo e deputados para debater o modelo de recriação do órgão deve ser publicada nesta sexta (14).

O ministro Rui Costa (Casa Civil) e aliados defendem que seja enxuta e vinculada ao Ministério das Cidades. Já o líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA), e dirigentes do PT recomendam que seja mantida no porte atual, em sinal de respeito ao Congresso Nacional.

O centrão, que pediu ao Palácio do Planalto o controle da fundação, quer que a Funasa fique com o Ministério da Saúde. Na visão do grupo político liderado pelo presidente da Câmara, a pasta conseguiria executar emendas parlamentares com mais celeridade, uma vez que, na Saúde, a execução segue um rito diferenciado.

A confirmação do deputado na pasta representa o ingresso prático de Arthur Lira no primeiro escalão do governo Lula.

A mudança no Turismo também visa minimizar o descontentamento de congressistas e solucionar uma crise na articulação política do governo, que quase resultou numa derrota na votação da MP (medida provisória) que redesenhou a Esplanada dos

Ministérios, em maio.

Em troca pela saída do cargo, Daniela deverá ser nomeada vice-líder do governo no Congresso ou na Câmara dos Deputados.

Daniela é casada com o prefeito de Belford Roxo (RJ), Waguinho (Republicanos), que é próximo de Lula e teve atuação relevante na campanha presidencial.

O Palácio do Planalto afirmava que a ministra foi indicada como cota da União Brasil, mas uma parte da bancada do partido na Câmara não a considerava como escolha da legenda, e sim de Lula.

A situação piorou, porém, depois que Daniela pediu ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para se desfiliar da União Brasil. Ele pretende deixar a sigla e migrar para o Republicanos.

Também estão na cota da União Brasil o ministro Juscelino Filho (Comunicações) e Waldez Goés (Integração Nacional). Embora este último seja filiado e esteja licenciado do PDT, ele foi indicado pelo senador Davi Al-columbre.

A União Brasil tem 59 deputados, dos quais cerca de 30 são mais alinhados ao governo. Embora tenham votado para aprovar o arcabouço fiscal, a maior parte da bancada apoiou a derrubada de decretos do saneamento básico, de interesse do governo.

Membros do governo afirmam que Lula afirmou a Waguinho que irá atender a suas demandas para compensar a demissão de sua mulher. Uma das negociações é para que o grupo político ganhe o direito de indicar nomes para cargos a Secretaria do Patrimônio da União e hospitais federais no Rio de Janeiro.

Lula havia escolhido Daniela para o posto devido ao apoio que recebeu do prefeito nas eleições do ano passado em uma região de maioria bolsonarista. Waguinho chegou a afirmar que o chefe do Executivo chorou em uma das conversas em que foi negociada a demissão dela.

Correligionários de Sabino ouvidos pela Folha o descrevem como um deputado muito mais alinhado a Lira do que a seu partido, tendo sido um "cumpridor de missões" dadas pelo presidente da Casa nos últimos anos.

Sabino foi um dos entusiastas da campanha de Lira à presidência da Câmara em 2021, tendo contrariado seu próprio partido à época, o PSDB, que embarcou na candidatura de Baleia Rossi (MDB).

Desde então, ganhou papéis de projeção pelas mãos de Lira, como a relatoria da reforma das regras do Imposto de Renda, em 2021, e a presidência da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, em 2022.

Neste último posto, foi um dos principais auxiliares de Lira na gerência e distribuição das chamadas emendas de relator, principal instrumento usado pelo presidente da Câmara para assegurar apoio ao seu entorno e ao então governo Jair Bolsonaro (PL).

Entre colegas de Congresso, Sabino também é descrito como dono de um perfil conciliador e de traquejo político suficiente tanto para ser um bolsonarista durante o governo do ex-presidente como um lulista na gestão Lula.

Nas principais votações deste ano, Sabino apoiou o novo arcabouço fiscal e a medida provisória que reestruturou a Esplanada, mas foi contra o governo nas duas derrotas aplicadas sob o comando de Lira e do centrão.

Petista rejeita ceder pasta do Bolsa Família ao centrão

O presidente Lula (PT) disse, nesta quinta-feira (13), que o Ministério do Desenvolvimento Social, que cuida do Bolsa Família, é "seu", afastando interesses do centrão sobre essa pasta.

"Esse ministério é um ministério meu. Esse ministério não sai. A Saúde não sai. Não é o partido que quer vir para o governo que pede ministério. É o governo que oferece o ministério", disse.

"É só fazer uma inversão de valores. No momento certo, nós vamos conversar da forma mais tranquila possível. Não quero conversa escondida, conversa secreta. Na hora que voltar Congresso Nacional, que for juntar os líderes dos partidos que vou conversar, toda a imprensa vai ficar sabendo o que que eu conversei com cada um, o que foi ofertado para a participação do governo e o que o governo quer estabelecer de relação com o Congresso até o final do mandato", completou ele.

A declaração foi dada em entrevista à TV Record. O ministério, comandado por Wellington Dias, é cobiçado por partidos do centrão, que negociam entrada no governo. Em troca, de apoio às pautas do Planalto no Congresso Nacional.

Apesar dos gestos, a pasta comandada por Wellington Dias tem acumulado críticas dentro do Palácio do Planalto, pela frustração com a baixa quantidade de pautas positivas para o governo, e também no Congresso.

Veja quem é Celso Sabino

Veterano na Câmara Sabino, com 44 anos, é deputado federal de segundo mandato

Alinhado a Arthur Lira Colegas de partido o descrevem como muito mais alinhado ao presidente da Câmara do que à União Brasil

Gerência das emendas de relator No ano passado, assumiu a Comissão Mista de Orçamento do Congresso, e foi um dos auxiliares de Lira na gerência das emendas de relator

Contas rejeitadas O parlamentar teve as contas eleitorais de 2022 desaprovadas pela Justiça Eleitoral e foi condenado a ressarcir R\$ 1,4 milhão aos cofres públicos

Patrimônio triplicado Sabino triplicou seu patrimônio em quatro anos. Em 2018, ele tinha R\$ 1,5 milhão em bens, valor que saltou para 4,4 milhões em 2022

**Notícias Relacionadas:**

FOLHA DE LONDRINA - LONDRINA - PR  
Lula confirma Celso Sabino no Ministério do Turismo

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50337>**

# Empresas aéreas e agências de viagem criticam reforma

**Stéfanie Rigamonti**

Associações ligadas ao turismo se preparam para propor mudanças ao Senado no trecho da **Reforma Tributária** aprovada na Câmara que trata do setor. A queixa é que as alterações feitas no texto de última hora na semana passada, após articulação dessas entidades, não atendem ao mercado de turismo como um todo, apenas uma parte.

O setor se mobilizou de quarta a sexta-feira da semana passada na Câmara para propor um regime diferencia -do para turismo e lazer, o que foi aceito pelo relator da PEC (proposta de emenda à Constituição) da reforma, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Mas apenas uma parcela do setor foi contemplada pelas mudanças: serviços de hotelaria, parques de diversão e temáticos, bares e restaurantes, além da aviação regional. Companhias aéreas que operam voos em escala não regionalizada, agências de viagens, empresas de eventos e de transporte privado, por exemplo, ficaram de fora.

Segundo a CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), os segmentos de hotelaria e de parques de diversões, contemplados na reforma, respondem por 19% de toda a cadeia do turismo. Bares e restaurantes têm outras finalidades além de atender turistas, por isso não foram considerados nesse levantamento, solicitado pela Folha.

O presidente da Braztoa (Associação Brasileira de Operadoras de Turismo), Fabiano Camargo, disse que está se mobilizando com outras entidades para estudar os impactos da **Reforma Tributária** para o setor.

Durante o recesso parlamentar, eles pretendem reunir dados, que serão apresentados aos senadores já nas primeiras semanas de agosto. O turismo brasileiro busca ser englobado como um todo em um regime com alíquota menor.

Camargo reconheceu os esforços dos deputados em ajudar o setor, mas disse que, se a reforma não englobar o mercado inteiro de turismo, a cadeia vai ser afetada como um todo, o que impactará os preços ao

consumidor final, inclusive dos segmentos beneficiados pela reforma.

Atualmente, o setor de turismo paga 3,65% de **tributos** federais referentes ao PIS e Co fins e de 2% a 5% do tributo municipal ISS, que varia de acordo com a cidade.

Com a alíquota-padrão da reforma estimada em cerca de 25%, em alguns casos as empresas do setor poderiam ver sua carga tributária quadruplicar. "Isso fica fora da realidade", disse Camargo.

Ele afirma que as agências de turismo, por exemplo, quase não possuem insumos para receber créditos tributários, conforme previsto na reforma.

"Ou seja, teríamos um aumento da carga praticamente real e integral."

Uma das agências de turismo que disse que será afetada se a reforma permanecer como está é a CVC, que já vem enfrentando desafios, muitos ainda atrelados aos efeitos da pandemia de Covid-19. À Folha o novo presidente da companhia, Fabio Godinho, afirmou que a articulação feita pelo setor na semana passada não trouxe resultados satisfatórios para todos.

"Vamos entender agora o que aconteceu. Ressalto que somos favoráveis à **Reforma Tributária**, desde que ela simplifique a nossa vida e não inviabilize a nossa atividade", disse. Godinho argumentou que alguns setores que têm demandas parecidas à do turismo conseguiram ser contemplados pela reforma de uma maneira "mais alinhada".

"Tem o setor de construção civil, por exemplo. Entraram como exceção na reforma as construtoras e as intermediadoras. Imagine se entrassem as construtoras e as imobiliárias não? Ia quebrar o segmento de imobiliárias, e é o que está acontecendo aqui como turismo, que é uma indústria correlacionada", afirmou.

No setor aéreo, representantes reclamam que não há clareza na reforma sobre quais companhias podem ser beneficiadas por serem enquadradas na aviação regionalizada.

Procuradas, a Gol e a Latam não se posicionaram, dizendo que estão alinhadas ao posicionamento da Abear (Associação Brasileira das Empresas Áreas), da qual são associadas.

A Azul, que não é associada da Abear, disse que não vai se manifestar.

Para a Folha, a Abear informou apenas que a equipe da associação está debruçada para se preparar para a próxima etapa das discussões da reforma.

Em um **comunicado** que está em seu site oficial, a entidade afirma que o setor aéreo não pode receber tratamento diferenciado em relação aos demais modais de transporte, beneficiados com regimes específicos de tributação.

"Em um país que quer democratizar a aviação, o setor aéreo não pode receber tratamento tributário diferente dos demais modais", declarou. A Abear acrescentou que, se essa diferenciação permanecer, haverá o risco de redução de oferta de voos, com impactos na geração de empregos e número de pessoas voando.

"Caso isso aconteça, nossa estimativa é de um incremento da carga atual, trazendo um peso que é insustentável para empresas que estão superando com resiliência a maior crise mundial já vista na aviação, e para os consumidores, que querem voar mais."

Mesmo os segmentos beneficiados com alíquota menor na **Reforma Tributária** dizem que estão unidos em torno do pleito do setor de turismo.

Em resposta conjunta à reportagem, o Sindepat (Sistema Integrado de Parques e Atrações Turísticas) e a Adibra (Associação Brasileira de Parques e Atrações) reconheceram que houve um importante avanço para o setor de turismo na Câmara, mas disseram contar com o Senado "para ampliar esse regime diferenciado".

"Desde o início das conversas sobre a reforma, os movimentos foram feitos no coletivo. Vamos trabalhar para que toda a cadeia seja inserida no regime especial", disseram.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50337&maxTouch=0&anchor=6480204&pd=603a7a467f9b9660af9bf0e8e814fde5>**

# O incômodo lembrete do Tesouro. (Editorial)

O governo terá de arrecadar R\$ 162,4 bilhões a mais para cumprir a ambiciosa meta de zerar o déficit primário no ano que vem. A projeção não é de especialistas, mas da própria Secretaria do Tesouro Nacional, que divulgou a versão mais recente do Relatório de Projeções Fiscais.

O cenário apresentado pelos técnicos resume o tamanho do desafio que o governo Lula da Silva terá se quiser realmente cumprir os objetivos definidos por seu próprio arcabouço fiscal, o que requer rever gastos e não contar com receitas que caíam do céu.

Os indicadores da última década confirmam a existência de um déficit consistente nas contas públicas desde 2014, interrompido apenas pelo efêmero superávit do ano passado. Entre 2013 e 2022, a receita corrente líquida, influenciada pelo desempenho da economia, teve um comportamento errático, enquanto as despesas tiveram não apenas um crescimento real, mas um avanço contínuo.

A divulgação do relatório traz um pouco de realidade para o cenário macroeconômico, marcado por boas notícias nas últimas semanas. Depois de meses de **inflação** elevada, o País finalmente registrou uma **deflação** de 0,08% no mês de junho. Ainda que pontual, o resultado animou economistas e já há quem preveja o IPCA bem mais próximo do teto da meta no fim deste ano. Puxado, sobretudo, pelo agronegócio, o Produto Interno Bruto cresceu 1,9% no primeiro trimestre, elevando as estimativas de crescimento da economia do mercado para 2,19%, segundo o mais recente Boletim Focus, e 2%, segundo o Banco Central.

A aprovação da **reforma tributária** pela Câmara, por sua vez, trouxe otimismo em relação ao futuro. Embora não tenha efeitos diretos ou imediatos e ainda precise passar pelo crivo do Senado, a perspectiva de simplificação do sistema tributário delineou um cenário de otimismo, em que se antevê um ambiente mais favorável aos negócios, à produção e aos investimentos. O amplo apoio dos deputados à proposta animou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a cogitar a antecipação do envio da segunda etapa da reforma, sobre renda, ao Congresso.

Nesse sentido, o relatório do Tesouro Nacional traz um importante lembrete ao governo: ainda há muito a ser feito na área fiscal, e desde já. O arcabouço já havia sido criticado por uma certa frouxidão e por depender majoritariamente da recuperação de receitas.

Mas, ainda que todas as medidas anunciadas pelo Ministério da Fazenda alcancem os resultados almejados, será necessário um esforço ainda maior - e permanente - por parte do governo para atingir as metas fiscais nos próximos anos.

Não há escolha fácil. O contingenciamento de despesas discricionárias foi limitado pelo Congresso, e há muitos gastos já contratados para os próximos anos, como o passivo de precatórios, o avanço das emendas parlamentares, a política de valorização do salário mínimo e a retomada dos mínimos constitucionais para as áreas de saúde e educação, de 15% da receita corrente líquida e de 18% da receita líquida de **impostos**, respectivamente.

Saúde e educação, em especial, são áreas sensíveis para o governo e para o presidente Lula da Silva, mas a equipe econômica terá de enfrentar o problema da vinculação desses gastos em algum momento. O ideal seria que fosse o quanto antes - se não pelo imperativo da responsabilidade fiscal, para impedir que o espaço decisório do governo na alocação de recursos seja completamente eliminado e que o arcabouço seja deturpado.

"O elevado nível de vinculações tende a extinguir a discricionariedade alocativa, pois reduz o volume de recursos orçamentários livres que seriam essenciais para implementar projetos governamentais prioritários, que atendam às necessidades da população em cada momento do tempo. Assim, em regra, não se recomenda a vinculação de recursos.

No entanto, para o caso das vinculações existentes, caso decida-se por revisitá-las, é importante que a vinculação favoreça a previsibilidade e a execução das políticas que se pretende priorizar", diz o relatório. A recomendação do Tesouro, clara como o dia, tem o apoio deste jornal.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



# "Presidente do Banco Central não é dono do Brasil", afirma Lula

*I EDUARDO RODRIGUES/BRASÍLIA*

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que a relação entre governo e Congresso Nacional vive o melhor momento das últimas décadas. "O Senado é uma instituição independente da Presidência da República. A Câmara tem um presidente e 513 deputados, e as pessoas se assustaram como a Câmara aprovou a reforma tributária e o **Carf**. Aprovou porque é para o Brasil, não é para o PT ou para o Lula. Aprovou porque as pessoas estão percebendo o momento histórico que o Brasil está vivendo", afirmou ele, em cerimônia de sanção do novo Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

Por outro lado, Lula voltou a atacar o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e cobrar corte da Selic. "Os empresários têm de ter estabilidade política, jurídica e social. E o governo tem de brigar. O presidente do BC só tem de entender que ele não é dono do Brasil.

Ninguém está pedindo nenhum absurdo. Estamos pedindo juros menores para facilitar que a economia volte a crescer. É só isso", afirmou.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Haddad vê "ponto de equilíbrio" para alíquota do IVA

*I FERNANDA TRISOTTO/BRASÍLIA*

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a alíquota padrão do Imposto sobre Valor Agregado, que será criado com a **reforma tributária**, deve atingir um "ponto de equilíbrio" e ficará em patamar inferior a 25% com o passar do tempo pela eficiência do sistema.

"No tempo, penso que a reforma (e a alíquota do IVA) atingirá um equilíbrio em um patamar de 25% para baixo", disse ele, em entrevista ao jornalista Kennedy Alencar, da RedeTV.

A alíquota de 25% é tratada na Fazenda como o valor adequado para manter a neutralidade da carga tributária. A questão é que a Câmara inseriu exceções e regimes diferenciados ao sistema, o que pode resultar em elevação da alíquota padrão.

Na quarta-feira, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, apontou valores entre 26% e 28% como alíquotas possíveis.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# A fome ainda assombra o Brasil (Editorial)

Em setembro de 2021, em plena pandemia, chocou o país acena de cidadãos disputando ossos e pelancas de carne recolhidos de supermercados e oferecidos num caminhão estacionado no Largo da Glória, Zona Sul do Rio. A imagem, revelada em reportagem do jornal Extra, era apenas uma das faces visíveis de um problema crônico, agravado pela crise econômica, pelos altos índices de desemprego e por todas as incertezas disseminadas pelo vírus que assombrou o mundo no início de 2020. A pandemia felizmente foi controlada. A fome, em maior ou menor grau, continua entre nós.

Um relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) revelou nesta semana a dimensão da catástrofe entre 2020 e 2022. Nesse período, chegou a 70,3 milhões (mais de um terço da população) a quantidade de brasileiros com algum tipo de insegurança alimentar, que em algum momento não tiveram o que comer. Um aumento de 14,6% em relação à pesquisa anterior (de 2019 a 2021), quando eram 61,3 milhões. Segundo o estudo, 21,1 milhões (10% da população) sofreram insegurança alimentar severa -passaram fome ou ficaram sem comida por um dia ou mais.

Onúmero representa um crescimento de 37% em relação ao levantamento anterior.

Não é menos preocupante a constatação de que 10,1 milhões de brasileiros estavam subalimentados, o que, para a FAO, também é um indicador de fome.

Eles não receberam as quantidades necessárias para uma dieta adequada.

A deterioração dos indicadores durante o período entre 2020 e 2022 levou o Brasil de volta ao Mapa da Fome, de onde estava ausente desde a década de 1990. Um país entra nessa condição quando mais de 2,5% de sua população enfrenta falta crônica de alimento.

Embora a pandemia tenha aumentado a fome em diferentes partes do mundo, o Brasil precisa aprender com os erros e omissões que dificultaram o ataque ao problema por aqui. Não foram poucos.

Cabe lembrar que o fechamento das escolas por um tempo demasiadamente longo não afetou apenas o aprendizado das crianças, mas também a alimentação.

Não se pode ignorar que muitos estudantes têm na escola a única refeição garantida. Com as crianças em casa e um cenário de crise, a situação só se agravou. É certo que o Auxílio Emergencial evitou, num primeiro momento, uma situação que poderia ter sido muito pior, mas, em seguida, o governo falhou ao desativar políticas sociais direcionadas especificamente à questão da alimentação da população mais pobre.

Desde que a nova administração assumiu, parte desses programas foi recuperada.

Dados recentes mostram famílias retiradas da linha da pobreza em junho, depois da mudança no valor do Bolsa Família. Na Bahia, foram 2,26 milhões; em São Paulo, 2,25 milhões, no Rio, 1,6 milhão.

Um país de renda média como o Brasil tem plenas condições de voltar a sair do vexatório Mapa da Fome. Para isso, o governo precisa tornar programas sociais mais focados, com ênfase na parcela da população mais necessitada.

Ciente de que o país carece de um período prolongado de crescimento econômico acima da média dos últimos anos, o Senado deveria melhorar e aprovar a **reforma tributária** o mais rápido possível. A fome só pode ser vencida com políticas sociais eficientes e a criação de emprego e renda.

## Notícias Relacionadas:

O GLOBO - ON LINE - RJ  
A fome ainda assombra o Brasil

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Reforma Tributária: Haddad vê alíquota abaixo de 25%

**RENAN MONTEIRO**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que será possível "no tempo" uma alíquota padrão menor que 25% com a reformulação do sistema tributário no Brasil. Mas, para isso, será preciso reduzir as exceções inseridas no texto da **Reforma Tributária**, em tramitação no Congresso.

- Eu desejo uma reforma um pouquinho mais enxuta.

Limar o texto. Tirar aquilo que pode causar (insegurança jurídica).

No tempo, eu penso que ela vai atingir o equilíbrio, com neutralidade na reforma, em um patamar de 25% para baixo -afirmou o ministro em entrevista ao jornalista Kennedy Alencar, da Rede TV!.

Para que esse cenário se torne realidade, ele cita a diminuição do nível de evasão fiscal, a melhoria na eficiência da arrecadação e a previsão de "cortes drásticos" nos chamados gastos tributários -que são despesas indiretas ao governo, por meio de desonerações ou incentivos fiscais, por exemplo. A expectativa da Fazenda, com a **Reforma Tributária**, é que esse tipo de gasto saia de 10% do **PIB** para em torno de 5%.

Na semana passada, em votação histórica, a Câmara aprovou a proposta de emenda à Constituição (PEC) da **Reforma Tributária**.

No Senado, a primeira etapa da análise é na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Depois, o texto segue para o plenário. O período de tramitação estimado até a votação é de dois meses, contados a partir de agosto.

Mas o agronegócio estuda apresentar novas demandas.

Uma delas elevaria o teto do "Simples do Agro", de R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,4 milhões.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Oposição tenta ajustar discurso sobre reforma tributária

A oposição no Senado tenta ajustar o discurso sobre a **reforma tributária** após a avaliação de que saiu derrotada na tramitação da matéria na Câmara dos Deputados.

A votação da PEC na Câmara colocou em lados opostos pela primeira vez o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

No Senado, opositoristas criticam a forma como foi aprovada na Casa vizinha, mas dizem ser a favor da proposta e defendem ajustes no texto, demonstrando um alinhamento maior com o governador paulista.

Líder da minoria no Senado e presidente do PP, o senador Ciro Nogueira (PI), afirmou ao Valor que existe uma preocupação de que o mérito da aprovação seja creditado apenas ao PT e ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

O sentimento é compartilhado por senadores do PL, partido de Bolsonaro, e outros aliados do ex-presidente.

Já o líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), criticou o desgaste criado pela reunião do partido que expôs as divergências entre Bolsonaro e Tarcísio. "A direita ainda não aprendeu a tratar suas diferenças internamente, como o PT faz, por exemplo. O PT tem várias tendências, mas imagina se você pudesse saber como é que funciona as reuniões do PT. Deve voar sapato para todo lado, só que eles não levam o celular para gravar ninguém", argumentou.

O senador Jorge Seif (PL-SC) argumenta que a reforma começou a ser elaborada no Congresso durante a gestão de Bolsonaro, mas admitiu que faltou habilidade para viabilizar a aprovação nas duas Casas. "O presidente Bolsonaro sempre foi a favor de reformas.

Essa reforma começou lá em 2019, com o Paulo Guedes [exministro da Economia] e o Baleia Rossi [deputado do MDB de São Paulo que apresentou a proposta] debatendo o tema. Faltou habilidade para dialogar aqui [no Congresso]", disse.

Pensando em uma maneira de deixar a marca opositorista no texto do Senado, os partidos contarão

com a consultoria de juristas especializados na questão tributária e pretendem apresentar propostas em conjunto. Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foi aprovado um requerimento do senador Rogério Marinho solicitando dados aos ministérios da Fazenda e do Planejamento sobre o impacto das concessões feitas pelo relator na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Nessa quinta-feira, o secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, reconheceu que o texto aprovado na Câmara saiu com mais exceções do que o desejado pelo governo. "É verdade que o texto aprovado pela Câmara saiu com mais exceções do que o desejado, do que gostaríamos que acontecesse, mas esse foi o custo político da aprovação", afirmou em "live" promovida pela XP.

Para o senador Eduardo Girão (Novo-CE), alguns setores foram beneficiados sem necessidade na versão aprovada pela Câmara, citando como exemplo os planos de saúde e os bancos. "Se abrir privilégios para alguns, quem vai pagar a conta são outros setores e a população", avaliou.

"Temos que facilitar a vida das pessoas e simplificar o sistema. A proposta atende isso. Mas tem outros aspectos que espero que sejam diferentes no Senado. O presidente Rodrigo Pacheco sinalizou que vai pegar todas as propostas de **reforma tributária** e fazer um apensamento", acrescentou Girão.

Opositoristas elogiaram a escolha do líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), como relator da matéria. Jorge Seif considera Braga "experimental" e um parlamentar que "dialoga com todo mundo".

Nessa quinta-feira, o relator esteve com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, para debater a **reforma tributária**. O TCU se comprometeu a entregar um "raio-X completo das contas públicas" para ajudar na análise da redação final do texto aprovado pela Câmara. A matéria ainda não chegou formalmente ao Senado.

Braga afirma que uma de suas principais preocupações é assegurar a neutralidade da carga tributária no texto.

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE

Oposição tenta ajustar discurso sobre reforma tributária

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187602>

# Tebet defende corte de 0,50 ponto na Selic

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, defendeu que o BC reduza em 0,50 ponto percentual a Selic em agosto. Hoje, a taxa está em 13,75%.

Caso a diminuição seja de apenas 0,25 ponto, Tebet avalia que representaria uma sinalização negativa. "Não tem como, não é possível que o Banco Central não comece a baixar os juros a partir de agosto. E que seja de 0,50 [a diminuição], porque 0,25 vai mostrar uma sinalização de que não conseguiremos chegar a 12% até o final do ano, ainda estaríamos na casa dos 13%", disse. "Depois de **reforma tributária**, arcabouço fiscal, não é possível." Tebet insistiu nas razões políticas, institucionais e econômicas que deixam o cenário propício à queda mais acentuada.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187602>

# Planalto quer que reforma do Imposto de Renda vá ao Congresso só após votação da tributária

*Por Valdo Cruz*

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou que vai encaminhar a reforma do Imposto de Renda junto com o Orçamento da União de 2024, porque um dependeria do outro para ambos serem aprovados.

Só que a ala política no Palácio do Planalto e no Congresso avalia que esse não é o melhor momento para se discutir a reforma do IR. Motivo: é um tema polêmico, que vai aumentar o Imposto de Renda de alguns setores da classe média e também do empresariado.

Na avaliação de assessores de Lula e líderes no Congresso, a reforma do Imposto de Renda tem potencial para gerar muita controvérsia e atrapalhar a votação da **reforma tributária**, classificada como a prioridade das prioridades no segundo semestre.

A equipe econômica alega que a reforma do IR começaria a ser votada na Câmara, não atrapalhando o Senado na tramitação da **reforma tributária**.

A ala política alega, porém, que a reforma do IR na Câmara vai acabar tirando o protagonismo do Senado neste segundo semestre, e isso poderia colocar em risco a aprovação ainda neste ano da simplificação do complexo sistema tributário brasileiro. A palavra final vai ser do presidente Lula.

A reforma do Imposto de Renda é a segunda etapa da tributária, e vai propor o aumento da faixa de isenção do IR da pessoa física e criar a tributação sobre a distribuição de lucros e dividendos. Além disso, a meta da reforma é também reduzir o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

**Site:** <https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2023/07/14/planalto-quer-que-reforma-do-imposto-de-renda-va-ao-congresso-so-apos-votacao-da-tributaria.ghtml>



# O grande debate? agora será sobre o percentual da alíquota do IVA

**Por Míriam Leitão**

Um ponto que os críticos da **Reforma Tributária** ressaltaram com razão é que ela foi aprovada com todo o conceito definido, mas sem informação sobre alíquota. Só agora começaram a falar sobre o tema.

O secretário extraordinário da reforma, Bernard Appy, afirmou ontem que deve ser menos de 30%. A ministra do Planejamento, Simone Tebet, falou em 28%, enquanto o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que tudo se encaminha para ser em torno de 25%.

Esse número, portanto, precisa ser pacificado. É fato que a **reforma tributária** é um passo histórico: o Brasil fica mais parecido com o resto do mundo com esse novo sistema de imposto sobre valor agregado sobre o consumo.

Mas ao mesmo tempo é preciso entender exatamente qual será a alíquota, de forma que não represente aumento da carga tributária, que é uma promessa dos reformadores do sistema tributário. É um número decisivo e que precisará ser definido com muito cuidado, e será essa a discussão dos próximos meses.

Como disseram Appy e o ministro Haddad, quanto menos exceções, melhor. Se muitas exceções, deduções e abatimentos forem criados, mais aqueles que não estão nessa lista terão que pagar. Por óbvio. Quanto mais ampla for a base tributária, ou seja, o total de contribuintes, pessoas e empresas que pagam imposto, menor poderá ser a alíquota.

Essa é uma outra fronteira do mesmo debate e que precisa sempre ser tratada com transparência.

Certos setores podem sim ter alíquotas menores, como o de inovação, que está ganhando corpo agora e que precisa de estímulo para se desenvolver, ou as famílias de menor renda. O nome disso é progressividade.

Se quem tem mais paga mais, quem tem menos paga menos. Mas o Brasil é um país de exceções às vezes abusivas.

Os parlamentares têm agora a missão de fazer essa

distribuição da carga tributária da forma mais justa possível.

Estamos vendo neste ano a força do agronegócio, que é fundamental para a economia. A supersafra vem melhorando tudo, da balança comercial ao preço da feira. Mas é um setor que sempre pagou menos **impostos**, até porque é exposto a riscos: a produção é mais vulnerável a mudanças de clima.

De qualquer forma não se pode criar começar a criar mais exceções, porque esse é o caminho que sempre foi trilhado pelo Brasil.

Se construiu um sistema tributário pesado, complexo e que foi distribuindo vantagens para alguns grupos, algumas empresas, setores e áreas geográficas, e que algumas vezes geram até crédito de **impostos** que não foram pagos.

Nessa hora, precisamos realmente fazer uma limpeza dessas vantagens excessivas e aceitar somente aquelas que sejam razoáveis.

**Site:** <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2023/07/o-grande-debate-agora-sera-sobre-o-percentual-da-aliquota-do-iva.ghtml>

# Reforma Tributária: quais ações ganham ou perdem com mudança nos impostos?

## Analistas tentam antecipar

Por Letycia Cardoso - Rio de Janeiro

Depois de 30 anos de discussão, a velocidade com que o texto da **Reforma Tributária** passou pela Câmara surpreendeu muita gente, inclusive no mercado financeiro. A perspectiva de resolver em breve a complexidade tributária brasileira - ainda que a mudança seja feita de forma gradual, em um longo período de transição - agradou analistas e investidores e fez a Bolsa reagir positivamente.

Logo em seguida à aprovação, o Ibovespa, principal índice da B3, chegando a quase 120 mil pontos. Segundo analistas, a perspectiva é que, com o avançar da proposta no Senado, o índice se valorize mais e mais até o fim do ano, com ganho maior para alguns setores. No entanto, dizem que ainda é difícil avaliar quem ganha e quem perde com a reforma.

Ivan Barboza, sócio-gestor do Ártica Asset Management, sugere que as empresas que produzem algum tipo de produto industrial, pagando IPI e ICMS atualmente, deverão se beneficiar com a redução da alíquota a partir da implementação do IBS.

- A perspectiva é que quem paga hoje alíquota de 30% passe a pagar cerca de 25%, caindo para a média geral. Além disso, a perspectiva é que a economia se organize de maneira mais eficiente, com a aprovação da reforma. Isso gera um impacto positivo geral - aponta.

O chefe de análise de ações da Órama, Phil Soares, destaca que empresas com a produção na Zona Franca de Manaus, onde há benefício tributário, tendem a ganhar a preferência de investidores. Isso vale inclusive, em sua opinião, para a Ambev, ainda que a cervejaria (que também produz refrigerantes e outras bebidas) passe a ser enquadrada em uma alíquota maior por produzir bebida alcoólica, produto nocivo à saúde. A reforma prevê um imposto seletivo com alíquota elevada para produtos que não são saudáveis ou que ameacem o meio ambiente, entre outros impactos coletivos negativos.

Os setores de saúde e educação também devem apresentar ganhos na Bolsa, de acordo com ele, já

que terão alíquota de IBS e CBS (**impostos** sobre valor agregado que substituirão IPI, Pis, Cofins, ICMS e ISS) reduzida a 40% da padrão, que será definida após a reforma.

Gabriel Meira, sócio da Valor Investimentos, aposta que o agronegócio seja o setor que mais se favorecerá por ser visto como a cereja do bolo da economia brasileira. Tende a manter os benefícios já previstos no texto aprovado na Câmara, como alíquota reduzida e isenções em alguns casos.

Do lado negativo, os especialistas são unânimes em apontar o setor de serviços, que pode terminar com um peso maior de **impostos** que sua atual carga com a unificação dos **tributos**. Por outro lado, poderão se beneficiar de créditos tributários, o que ainda é de difícil estimativa.

Companhias de produção de bebidas, do setor de mineração e de petróleo também podem ser afetadas, na visão de Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos, já que a **reforma tributária** "penaliza" produtos com impacto ambiental.

Ainda não ficou claro, porém, para Fabricio Gonçalves, CEO da Box Asset Management, qual seria o impacto em empresas com grande peso no Ibovespa, como Petrobras, Vale, Gerdau e CSN.

Ele ressalta que as alterações que a proposta venha a sofrer no Senado podem mudar toda a análise. Por enquanto, acredita que empresas de varejo, como Magalu e Via Varejo, tendem a se beneficiar com mais espaço para compensar os **impostos** pagos na sua cadeia, mesmo com o temor de associações do setor de aumento da carga tributária.

O analista acredita que a simplificação de **impostos** e os créditos poderão levar varejistas a reduzir o preço de venda ao consumidor final, aumentando as vendas.

Ilán Arbetman, da Ativa Investimentos, entretanto, não tem essa certeza:

- No varejo, muitas empresas contam com benefício fiscal. Temos que ver como vai ser a transição. É

preciso cuidado para evitar uma esquizofrenia tributária.

Pedro Galdi, analista da Mirae Asset, sugere que os efeitos da reforma no mercado de ações só devem começar a aparecer a partir de 2024, quando todas as regras estiverem mais claras.

- Após a aprovação na Câmara, a Bolsa foi para 120 mil pontos, mas depois voltou pra 117 mil por causa de outros fatores. O mercado ainda está tentando entender esse projeto. É prematuro apontar quem vai sofrer mais porque os descontos são variados de setor para setor - diz Galdi.

A necessidade de lei complementar para determinar a alíquota dos futuros **impostos** sobre valor agregado (IVA) CBS e IBS e permitir o entendimento do cenário com dados mais concretos é sinalizada por Gabriel Meira, por muitas variáveis estarem envolvidas.

- Transporte, por exemplo, pode se beneficiar com IVA, porque é um dos setores beneficiados com isenção de alíquota. Mas também pode ser afetado na tributação da venda de ativo e, conseqüentemente, ter tributação maior. Então, há um benefício tributário, mas pode ter pagamento maior na ponta final. Ainda está tudo muito obscuro - opina.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/economia/financas/noticia/2023/07/14/reforma-tributaria-quais-acoes-ganham-ou-perdem-com-mudanca-nos-impostos-analistas-tentam-antecipar.ghtml>**

# Frente Nacional de Prefeitos afirma que reforma tributária é 'agressão ao pacto federativo'

Brasília

*/  
Camila Costa e Bruna Lima, do R7, em Brasília*

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) se articula para mudar pelo menos dois pontos da proposta da **reforma tributária** aprovada pela Câmara dos Deputados. O principal impasse entre os municípios e o Congresso é a extinção do Imposto Sobre Serviços (ISS), atualmente recolhido pelos municípios e pelo Distrito Federal. No texto da reforma, o ISS dará lugar ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que unificará o ICMS e o ISS, e será administrado por um Conselho Federativo.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

"Essa concentração de receita, na mão do governo ou do conselho, é muito preocupante. O problema é a perda de autonomia. [...] Isso é prejudicial, e tirar a gestão dos municípios é uma agressão ao pacto federativo", afirma o prefeito de Campinas (SP) e vice-presidente de Saúde da Frente Nacional dos Prefeitos, Dário Saadi.

Leia também: Alckmin diz que **reforma tributária** 'não é perfeita, mas é 95% de avanço'

O ISS é um tributo que incide na prestação de serviços realizados por empresas e profissionais autônomos. Pela reforma, cinco **tributos** serão extintos. Dois deles são locais, o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), administrado pelos estados; e o Imposto sobre Serviços (ISS), arrecadado pelos municípios. Em contrapartida, será criado um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, dividido em duas partes, uma será o IBS.

A troca de uma arrecadação pela outra esbarra ainda na mudança da gestão do tributo. O texto da reforma também cria o Conselho Federativo, um órgão que vai decidir como será a divisão de recursos fruto da

arrecadação do futuro IBS entre estados e municípios.

Durante aprovação da proposta na Câmara dos Deputados, deputados acataram de última hora um pedido de um grupo de governadores, entre eles o de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), pela inclusão de uma regra balisadora ao funcionamento do Conselho. Ficou determinado que as decisões do colegiado serão acatadas caso o grupo de estados represente 60% da população brasileira. O critério não agradou a FNP.

Luce Costa/Arte R7

Luce Costa/Arte R7

Luce Costa/Arte R7

Luce Costa/Arte R7

Luce Costa/Arte R7

Luce Costa/Arte R7

Luce Costa/Arte R7

Luce Costa/Arte R7

Luce Costa/Arte R7

Gostaria de ver as fotos novamente ?

A diretoria da Frente se reuniu nesta quarta-feira (12) para discutir o assunto. O setor pretende sugerir as mudanças ao texto diretamente ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e ao relator da proposta, Eduardo Braga (MDB-AM). Uma das sugestões será o uso do texto da PEC 46 como base para a reforma. A PEC é do senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR). "A PEC 46 é mais justa, não muda nada na reforma como está hoje, mas deixa o ISS com os municípios. No entanto, isso tem uma oposição muito forte do Governo Federal", afirma Saadi.

No Senado, o texto precisa ser aprovado em dois turnos por, pelo menos, três quintos dos parlamentares (49 senadores) para ser promulgado.

**Site: <http://noticias.r7.com/brasil/frente-nacional-de-prefeitos-afirma-que-reforma-tributaria-e-agressao-ao-pacto-federativo-13072023>**

# Tesouro sugere limitar alta de piso de saúde e educação sob novo arcabouço

**Idiana Tomazelli**

Os mínimos constitucionais de saúde e educação podem ser corrigidos pela mesma regra do limite de despesas prevista no novo arcabouço fiscal, que permite um crescimento entre 0,6% e 2,5% acima da **inflação**, sugere o Tesouro Nacional em seu Relatório de Projeções Fiscais divulgado na quarta-feira (12).

A opção citada no documento não reflete necessariamente uma decisão de governo, mas é sintoma da preocupação dos técnicos com um desafio já contratado na vigência da nova regra fiscal. Os pisos dessas áreas voltarão a crescer de forma mais acelerada devido ao fim do teto de gastos e à consequente volta da regra constitucional que os vincula à arrecadação, o que deve achatar as demais despesas ao longo dos anos.

"O uso de um indexador consistente [para saúde e educação] com o mecanismo de correção da despesa global aumentaria a previsibilidade dessas despesas e reduziria a rigidez orçamentária frente às regras atuais em momentos de expansão da economia", diz o relatório do Tesouro.

O Ministério da Fazenda discute apresentar, até o fim do ano, uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para mexer nas vinculações e harmonizar a tendência de expansão de despesas com a limitação do novo arcabouço fiscal. Em abril, o ministro Fernando Haddad antecipou o debate à Folha.

Com a aprovação do arcabouço fiscal prevista para este ano e a revogação do teto, os pisos constitucionais das duas áreas voltarão à regra que vigorou até 2016, que os vinculava a uma proporção da arrecadação: 15% da RCL (receita corrente líquida) na saúde e 18% da RLI (receita líquida de **impostos**) na educação.

Essa mudança pode tomar de R\$ 30 bilhões a R\$ 35 bilhões dentro do novo limite de despesas, segundo cálculos de economistas. A diferença se dá porque, sob o teto de gastos, os mínimos foram desvinculados das receitas e passaram a seguir uma regra de correção apenas pela **inflação** - o que achatou os valores mínimos a essas áreas.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendeu a recomposição dos recursos ao articular, ainda na transição, a aprovação de uma PEC para abrir espaço no Orçamento de 2023, comprimido pela regra do teto de gastos.

Com o avanço do arcabouço, porém, a discussão da mudança nas vinculações entrou no radar de Haddad, que almeja garantir a sustentabilidade da nova regra fiscal no médio e longo prazo.

Simulações do Tesouro ajudam a ilustrar parte do problema. Ao reproduzir as regras do arcabouço sobre a dinâmica fiscal entre 2009 e 2022, o órgão constata que o limite de despesas teria tido um crescimento médio de 1,3% ao ano, já descontada a **inflação**. Já os indicadores de receita que balizam os mínimos em saúde e educação teriam tido uma expansão média de 3,1% ao ano.

Esse descompasso preocupa a Fazenda. "O descasamento entre o indexador do limite de despesa e as receitas que vinculam despesas específicas é prejudicial ao planejamento e pode afetar a composição do gasto público de maneira indesejada, ao reduzir o espaço fiscal disponível para outras políticas", diz o Tesouro.

"Nesse sentido, uma opção em substituição aos atuais indexadores, seria o uso da variação real do limite de despesa, o que implicaria um crescimento mínimo de 0,6% ao ano, impossibilitando reduções reais dessas despesas, de forma a diminuir a volatilidade dos recursos aplicados nessas políticas", acrescenta.

Outra opção, segundo o órgão, seria atrelar os pisos a uma proporção da variação real do limite de despesa - o que poderia impor ritmo até menor de avanço dos mínimos.

O mesmo temor vale para outras despesas ligadas à dinâmica das receitas, como o FCDF (Fundo Constitucional do Distrito Federal) e as emendas parlamentares individuais e de bancada -ambos têm mínimos atrelados à RCL.

Dessas, a única vinculação que não é garantida na Constituição é a do FCDF. Na Câmara, o relator do arcabouço fiscal, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), incluiu um artigo para vincular a correção do fundo à

mesma regra do limite geral de despesas, mas a mudança foi derrubada no Senado (podendo ser revertido pela Casa vizinha).

Qualquer uma das opções deve enfrentar resistências na base do governo. O PT foi uma das siglas mais críticas à mudança nos pisos de saúde e educação, que, sob a vigência do teto de gastos, tiveram crescimento vinculado à correção pela **inflação**. Trata-se de uma discussão semelhante à que ocorre agora, embora o Executivo pretenda assegurar maior flexibilidade ao permitir ganhos reais.

A manutenção das regras atuais pode ter um efeito nefasto sobre as despesas discricionárias, que incluem custeio da máquina e investimentos excedentes ao piso de 0,6% do **PIB** (Produto Interno Bruto) criado pela proposta.

Em suas simulações, o Tesouro dividiu os gastos discricionários em duas categorias: rígidos (que incluem despesas imunes a cortes, como os mínimos constitucionais, as emendas e o piso de investimentos) e os demais (que estão sujeitos a bloqueios e contingenciamentos para cumprir as regras fiscais).

Em 2024, as despesas discricionárias rígidas chegam a R\$ 159 bilhões, enquanto as demais alcançam R\$ 63 bilhões. Com o passar dos anos, os gastos rígidos crescem continuamente, enquanto os demais chegam a um pico de R\$ 101 bilhões em 2026, mas passam a cair até serem reduzidos a R\$ 3,9 bilhões em 2032. Os números são exibidos a preços de 2023.

Um ponto importante é que este cenário não contempla o esforço adicional de arrecadação que o governo precisa fazer para cumprir as metas fiscais traçadas até 2026.

O paradoxo é que, se Haddad tiver sucesso em seu plano de elevar as receitas, a situação pelo lado das despesas (caso a dinâmica delas não seja modificada) ficará ainda mais apertada -justamente porque os mínimos constitucionais, as emendas e o FCDF crescem acompanhando a bonança da arrecadação.

Nesse cenário, o espaço para as discricionárias como um todo ficaria menor em 2024, e quase todo ele seria ocupado pelos gastos rígidos, que somariam R\$ 168 bilhões. Restaria apenas R\$ 1 bilhão para as demais despesas. Em todo o período analisado, o pico para esses outros gastos livres seria de R\$ 55 bilhões em 2028.

"Em regra, não se recomenda a vinculação de recursos. No entanto, para o caso das vinculações existentes, caso decida-se por revisitá-las, é importante que favoreça a previsibilidade e a execução

das políticas que se pretende priorizar"

Descompasso na regra fiscal

Vinculações constitucionais levam despesas a crescerem em ritmo mais veloz do que o limite de gastos do novo arcabouço fiscal, e Tesouro Nacional sugere mudanças

Cenário sem esforço adicional de receitas

Em R\$ bilhões de 2023

Discricionárias rígidas

Discricionárias livres

Cenário com esforço adicional de receitas

Em R\$ bilhões de 2023

Discricionárias rígidas

Discricionárias livres

As vinculações

Mínimo da saúde: 15% da RCL (receita corrente líquida)

Mínimo da educação: 18% da RLI (receita líquida de **impostos**) Emendas individuais: 2% da RCL Emendas de bancada: 1% da RCL

FCDF (Fundo Constitucional do Distrito Federal)\*:

corrigido pela variação da RCL

Fundeb\*: 23% das receitas dos entes subnacionais  
Piso para investimentos: 0,6% do **PIB**

Excluídos do limite de gastos do novo arcabouço fiscal durante tramitação no Senado Fonte: Tesouro Nacional

O uso de um indexador consistente [para saúde e educação] com o mecanismo de correção da despesa global aumentaria a previsibilidade

Tesouro Nacional, em relatório de Projeções Fiscais

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50337&maxTouch=0&anchor=6480204&pd=603a7a467f9b9660af9bf0e8e814fde5>

# Banco Mundial vê um difícil fim da desnutrição infantil em 2030 - MUNDO LEU

## MUNDO LEU

O Banco Mundial traz uma notícia ruim. Seu relatório sobre os efeitos da **inflação** nos alimentos indica que será praticamente impossível cumprir a meta segundo a qual a desnutrição infantil deveria chegar ao fim em 2030. Em números, 141 milhões de crianças com menos de cinco anos estão hoje desnutridas, o que equivale a um quinto do total dos menores de idade nessa faixa de idade.

O relatório foi publicado no dia 20 de junho e atualizado com novas estatísticas duas semanas depois.

A meta de atingir a fome zero entre crianças foi fixada por agências da ONU que tratam de saúde e nutrição reunidas numa Assembleia Mundial da Saúde para o Desenvolvimento Sustentável no ano de 2015.

Os documentos do Banco Mundial são redigidos em linguagem austera e evitam sensacionalismo ao acompanharem suas metas ou de outras organizações internacionais. Assim, em lugar de conotação dramática, o texto procura não abandonar uma tonalidade técnica.

Os países só são nominalmente citados quando suas taxas inflacionárias se traduzem em maior insegurança alimentar. O relatório lista, em ordem decrescente, os seguintes países como aqueles que registraram as maiores taxas anuais de **inflação** de alimentos: Venezuela (450%), Líbano (304%), Argentina (118%) e Zimbábue (117%). O Brasil não é mencionado.

O texto não separa a desnutrição dos adultos da infantil. O pressuposto é o de que a **inflação** fora de controle afeta o acesso de pessoas de qualquer idade ao mercado dos alimentos.

É curioso que a instituição financeira opere em sintonia bastante fina ao relatar seus mecanismos de acompanhamento. Entre a versão de seu relatório de junho e o de duas semanas depois, o Banco Mundial verificou que variações mensais de preços registradas a partir de fevereiro deste ano e que não estavam disponíveis no início de junho foram de 3% para os

cereais. Os preços do trigo, do arroz e do milho subiram respectivamente 8%, 1% e 2%. No entanto, na sequência de 12 meses, o milho ficou 18% mais barato.

O relatório não tempera as cifras sobre a **inflação** com eventuais ganhos reais de renda. Ou seja, não há cálculo preciso de como oscilações do poder aquisitivo afetaram o consumo de alimentos. Mesmo assim, entre os economistas, uma ideia corrente é que nos países mais pobres a renda perde sempre da **inflação** dos preços.

No último mês computado a partir de fevereiro, a **inflação** dos alimentos supera 5% em 61% dos países de renda média baixa, e em 81% dos de renda mais baixa. Países com renda média alta têm problema parecido: 77% registram **inflação** dos alimentos igual ou superior a 5%. O mesmo ocorre com 80% dos países mais ricos. Dos 161 países com dados constantes e confiáveis, 84% têm **inflação** de alimentos maior que o aumento geral dos preços.

### Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50337>



# Bolsa sobe e dólar cai com alívio de receio sobre aumento do juro nos EUA

**Marcelo Azevedo**

A Bolsa brasileira teve mais um dia de alta e o dólar caiu nesta quinta-feira (13) ainda impactados pelo exterior, após dados de **inflação** dos Estados Unidos terem endossado a aposta de que o Fed (Federal Reserve, o banco central americano) pode antecipar o encerramento da escalada de juros no país.

Com isso, o Ibovespa avançou 1,35%, para 119.263 pontos, enquanto o dólar recuou 0,60%, cotado a R\$ 4,790.

Com a agenda doméstica tranquila, o Ibovespa é impulsionado principalmente pelo otimismo no exterior, com os principais índices acionários dos Estados Unidos registrando altas. O S P 500, o Nasdaq e o Dow Jones, subiram 0,85%, 1,58% e 0,14%, respectivamente.

O cenário positivo ocorre após dados divulgados pelos EUA na quarta-feira mostrarem que os preços ao consumidor em junho subiram 3% em relação ao mesmo período do ano anterior, após alta de 4% em maio, enquanto o núcleo da **inflação**, cuja persistência tem sido particularmente preocupante para o Fed, diminuiu mais do que o esperado, para 4,8%.

Nesta quinta-feira, foram os preços ao produtor (PPI) que reforçaram a expectativa de uma política monetária não tão restritiva nos EUA, após subirem 0,1% em junho ante o mesmo mês do ano passado, enquanto economistas ouvidos pela Reuters projetavam elevação de 0,4%.

Mesmo que os últimos dados de **inflação** não tenham afetado as perspectivas de que o Federal Reserve elevará os juros no final do mês em 0,25 ponto percentual, eles alimentaram apostas de que pode ser o último aumento de um ciclo que começou em março de 2022.

"Nós temos uma influência muito grande do mercado norte-americano, então qualquer dado que seja positivo em relação à **inflação**, à perspectiva de queda de juros [nos Estados Unidos], impacta positivamente o mercado nacional", afirmou Alexandre Cruz, sócio e assessor da Quatro Investimentos.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50337&maxTouch=0&anchor=6480204&pd=603a7a467f9b9660af9bf0e8e814fde5>**

# Núcleos sinalizam queda mais lenta do IPCA

Apesar da melhora no índice cheio de **inflação** do Brasil e na média dos núcleos - medidas para suavizar volatilidades e que são acompanhadas de perto pelo Banco Central -, economistas ponderam que uma métrica específica, que guarda maior ligação com a ociosidade da economia e, portanto, com a política monetária, tem desacelerado bem mais devagar.

É o IPCA-EX3, que compreende, segundo o Barclays, cerca de 37% da cesta do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador oficial de **inflação** do país. O IPCA-EX3 agrega itens selecionados de serviços e bens industriais, sem incluir alimentos, por exemplo.

De acordo com o Barclays, em junho, o EX3 desacelerou pouco, para 0,42%, de 0,44% em maio.

No acumulado em 12 meses, foi de 8% para 7,4%, ainda bem acima da média dos cinco principais núcleos, observa o banco.

Essa média desacelerou para pouco menos de 6% em 12 meses até junho, de 6,7% em maio e após um pico de 10,5% em junho do ano passado. O IPCA, por sua vez, foi de 3,9% para 3,2%, passando a ficar, temporariamente, dentro da meta de **inflação** de 2023, de 3,25%.

"É fato que o cenário para os núcleos está melhorando, mas não tão rápido quanto o IPCA cheio", diz Roberto Secemski, economista-chefe para Brasil do Barclays.

Mesmo essa desaceleração dos núcleos é vista por ele, em parte, SILVIA ZAMBONI/VALOR como temporária, já que, segundo o Secemski, três das cinco principais medidas foram influenciadas pelo programa do governo federal de desconto a veículos novos. O IPCA-EX0, que exclui alimentação no domicílio e preços administrados, mas contém os carros novos, por exemplo, estava em 5,3% em 12 meses até junho.

Se esses preços tivessem se mantido inalterados no mês, Secemski estima que a variação mensal da média dos núcleos de 0,20% teria sido, na verdade, de 0,29%.

Considerando essa influência baixista pontual, a média móvel de três meses anualizada e dessazonalizada dos núcleos desacelerou de 5,6% em maio para 4,8% em junho, o menor valor desde outubro de 2020, mas

ainda muito acima dos níveis consistentes com a meta de **inflação**, observa Secemski. A média móvel trimestral é uma forma de suavizar movimentos mensais, mas ainda captar a tendência "na ponta" de modo mais dinâmico do que a variação em 12 meses.

O IPCA-EX3 ganha importância adicional porque o Banco Central destacou no **comunicado** da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) que "os passos futuros da política monetária dependerão da evolução da dinâmica inflacionária, em especial dos componentes mais sensíveis à política monetária e à atividade econômica".

"Acreditamos se referir à medida de núcleo IPCA-EX3, com base na descrição do próprio BC em relatórios de **inflação** anteriores", diz Secemski.

A melhora do EX3, "ficou atrás dos outros núcleos, reforçando questões sobre o estado geral do hiato do produto [medida para a ociosidade da economia] e do mercado de trabalho e, conseqüentemente, o espaço para afrouxamento monetário", afirma o economista.

"Acho que isso ajuda a explicar a cautela de alguns membros do Copom em relação ao momento para se iniciar o ciclo de cortes da Selic." Segundo Daniel Karp, economista do Santander, há uma dicotomia entre os dois subcomponentes do EX-3.

A maior preocupação dos economistas é em relação ao núcleo de serviços, que exclui itens como passagem aérea, mas acelerou a alta para 0,67% em junho, de 0,38% em maio, o aumento mensal mais rápido em dez meses, observa Secemski.

A taxa acumulada em 12 meses continuou perdendo fôlego, passando de 7,1% para 6,7%.

Já o núcleo de bens industriais - que não inclui, por exemplo, os veículos novos - foi de 0,52% em maio para 0,11% em junho, segundo o Barclays. Em 12 meses, registrou a sétima desaceleração seguida, de 9,2% para 8,2%, um nível ainda alto, pondera Secemski.

"O que está acontecendo com os industriais é mais fácil de explicar.

Tudo o que contribuiu para puxar para cima os preços nos últimos meses ou acabou ou virou de ponta cabeça", diz Karp, citando a demanda atual maior por serviços do que por bens, a normalização das cadeias

de produção, um juro agora contracionista, preços de commodities mais estáveis e o câmbio se apreciando.

"Para serviços, a história é um pouco mais difícil de contar", afirma Karp. Ele observa que, em comparação a outros ciclos em que os juros ficaram parados em nível elevado por tempo equivalente ao atual, a queda na **inflação** de serviços até que está "bem razoável".

"Mas a taxa de desemprego está ao contrário: mais baixa e mostrando um mercado mais aquecido", diz.

O Santander espera que a **inflação** do núcleo de serviços, que está em 6,7% no ano contra ano, encerre 2023 em 5,9%, enquanto o núcleo de industriais deve desacelerar de 8,2% para 3%. "Vai ajudar a puxar o EX3 para baixo até o fim do ano", diz Karp, projetando que o IPCA-EX3 termine 2023 em 4,6%.

Ainda que espere que o EX3 desacelere para 5% até o fim do ano, "isso é inconsistente com a meta de **inflação**", reforça Secemski, do Barclays. Por isso, ele aposta em um primeiro corte de 0,25 ponto percentual da Selic em agosto e diz que, mesmo que o ritmo acelere para 0,50 ponto, "ver 0,75 neste ano é difícil".

No último ciclo de cortes da Selic, iniciado em 2016, o BC começou com reduções de 0,25 ponto, acelerou para 0,75 e chegou a cortes de 1 ponto percentual.

"A meu ver, não existe o conforto para cortar a Selic rápido como existia em 2016", afirma Secemski.

Pelos dados do próprio BC, diz, o hiato do produto às vésperas do corte naquela época era três vezes o estimado agora. Além disso, a meta de **inflação** era superior em 2016, de 4,5%, lembra Secemski. "E o crucial é que as expectativas de **inflação** para o médio-longo prazo não estão ancoradas como ficaram por quatro meses em 2016 antes do primeiro corte", afirma.

Além do EX3 oficial, os economistas Ana Beatriz Moreira dos Santos e Marcelo Gazzano, do Bradesco, elaboraram um núcleo próprio - a partir de itens do IPCA como hospedagem, cimento e depilação - ainda mais sensível à ociosidade da economia, chamado por eles de "Núcleo Hiato FP".

"Essa parcela mais aderente ao ciclo apresenta uma desaceleração mais gradual em relação a outras métricas, especialmente por causa dos preços de serviços.

Dessa forma, uma parte da persistência da **inflação** subjacente é explicada pelo produto e emprego, que seguiram acima do potencial da economia", escrevem

Santos e Gazzano em relatório.

Como a política monetária opera com defasagem, dizem, essas métricas deverão mostrar desaceleração mais adiante. Além disso, eles observaram que, entre os cinco principais núcleos, aqueles considerados "estatísticos", como o de Dupla Ponderação (DP) e o P55, conseguiram antecipar, em certa medida, a tendência de alta da **inflação** desde o fim de 2020, bem como a desaceleração no fim de 2022.

"Em maio, essas medidas ficaram abaixo do IPCA, na variação trimestral anualizada, o que reforça a expectativa de desaceleração da **inflação**", afirmam.

"Para serviços, a história é um pouco mais difícil de contar" Daniel Karp

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187602>

# Nova geopolítica leva UE a estreitar cooperação com AL

A região da América Latina e do Caribe está no foco da União Europeia (UE) por maiores parcerias internacionais em energias renováveis e digitalização. O continente europeu quer aumentar a resiliência energética e diminuir a dependência da China, depois da traumática experiência com o gás russo diante da invasão à Ucrânia.

Com a mudança geopolítica dos últimos anos, o continente latinoamericano e o Caribe assumiram relevância estratégica.

"A América Latina e o Caribe têm sido parceiros naturais para nós", diz a finlandesa Jutta Urpilainen, comissária europeia para parcerias internacionais. "Partilhamos os mesmos valores em relação à democracia, o respeito aos direitos humanos e ao Estado de Direito.

Mas levando em conta o mundo em que vivemos, gostaríamos de nos tornar parceiros por escolha." A equipe de Jutta organizou essa semana, em Bruxelas, o "Fórum UE-América Latina e Caribe: sócios para a mudança". Trata-se de um evento que reúne jovens, organizações da sociedade civil, autoridades locais e empresas de ambos os blocos para discutir desafios, problemas comuns e maneiras de ampliar a cooperação. É um evento pré-cúpula de líderes Celac-EU, que acontece na semana que vem em Bruxelas.

"Não queríamos realizar só uma cúpula política", explica. O último evento do gênero foi há oito anos, em 2015. "Muita coisa aconteceu desde então. O mundo mudou.

Agora, infelizmente, vivemos na Europa uma guerra. Isso tem sido um enorme choque para nós. Eu, que tenho 47 anos e venho da Finlândia, país com grande fronteira com a Rússia, nunca pensei que iria ver uma guerra, na minha vida, no nosso continente." "Compreendemos claramente que a crise é global. Os nossos parceiros, incluindo a América Latina e a região do Caribe, sentem as consequências da guerra no seu cotidiano, na **inflação** elevada, nos preços da energia, na insegurança alimentar", disse a comissária em entrevista a um pequeno grupo de jornalistas latino-americanos.

Ela lembra que os atuais membros da Comissão Europeia iniciaram o seu mandato no fim de 2019,

pouco antes da pandemia.

"Isso mudou tudo", disse, lembrando que a UE importava quase a totalidade de máscaras e equipamentos de segurança hospitalar da China. Depois, com a invasão russa à Ucrânia, a dependência se revelou energética.

"Talvez seja por isso que estamos organizando esse encontro agora, depois de oito anos, porque começamos a viver um novo tipo de cena geopolítica. Mas também se trata de uma batalha de ofertas: o quê diferentes atores são capazes de oferecer a seus parceiros", admite.

"Mesmo sabendo que a AL e o Caribe são parceiros naturais e históricos, não podemos considerar essa relação como certa." Ontem, no Fórum, a comissária anunciou uma nova estratégia de cooperação do bloco europeu - 60 milhões para projetos de economia verde, digitalização e redução da desigualdade na América Latina e Caribe. "Tenho preparado com a minha equipe na Comissão Europeia, uma agenda de investimentos para a região, para podermos acelerar as transições verde e digital e impulsionar parcerias do setor privado", disse. O esforço faz parte da iniciativa Global Gateway, que a UE lançou há 1,5 ano.

Em junho, ao visitar o Brasil, a presidente da Comissão Europeia Ursula von der Leyen disse que a parceria entre o Brasil e a UE nunca esteve tão forte e tem grande potencial a ser explorado.

É verdade que as relações comerciais entre UE e Brasil perderam força, em ambos os sentidos.

Em 2001, o Brasil era o oitavo parceiro comercial do bloco e em 2021 ocupava o 13o lugar. A UE deixou de ser a principal parceira comercial brasileira perdendo a posição para a China.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187602>